

**PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS
FLORESTAIS NA AMAZÔNIA:
LIÇÕES APRENDIDAS
NO PROJETO PROTEGER**

Presidência da República

Presidente – *Luiz Inácio Lula da Silva*

Vice-Presidente – *José Alencar Gomes da Silva*

Ministério do Meio Ambiente

Ministra – *Marina Silva*

Secretário Executivo – *Cláudio Langone*

Secretaria de Coordenação da Amazônia

Secretária – *Muriel Saragoussi*

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

Coordenadora Geral – *Nazaré Soares*

Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar

70.068-900 Brasília - DF

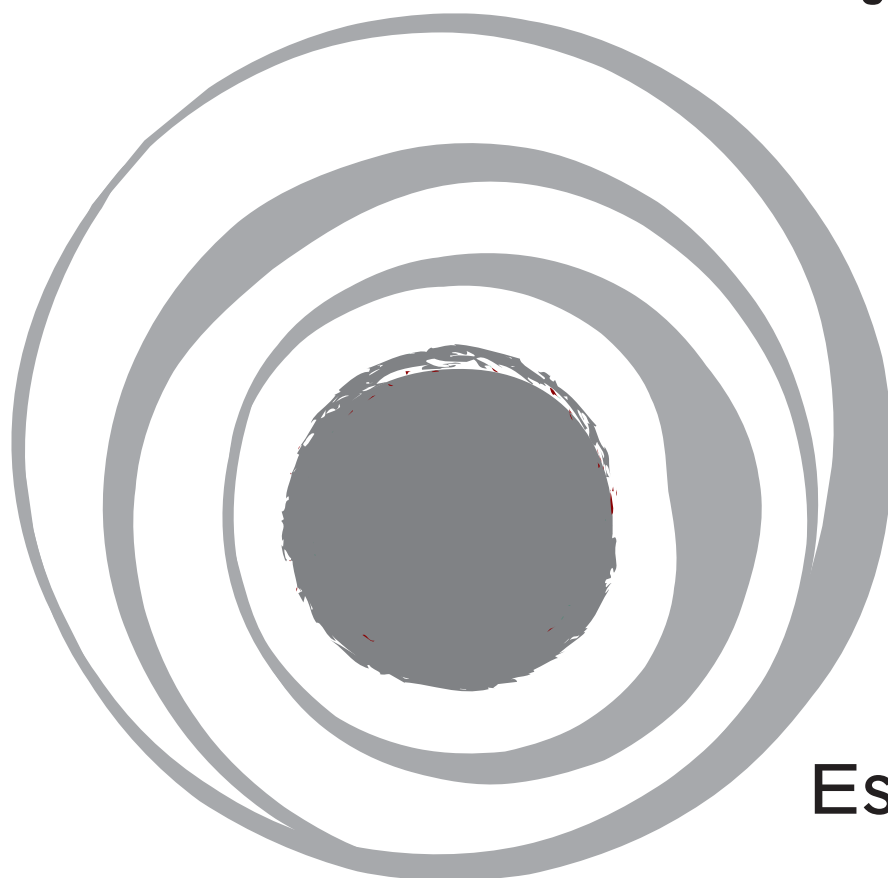
Tel.: 55 61 4009-1489

Fax: 55 61 322-3727

E-mail: ama@mma.gov.br

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA: LIÇÕES APRENDIDAS NO PROJETO PROTEGER

Sérgio Sauer



Série **1**
Estudos

Brasília, 2005

Série Estudos é uma publicação do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, vinculado à Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.

Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA

Coordenador: *Brent H. Millikan*

Estudos

Flávia Pires Nogueira Lima
Fernando Negret Fernandez
Onice Teresinha Dall'Oglio

Monitoramento

Larissa Ho Bech Gaivizzo
Raissa Miriam Guerra

Disseminação

Célia Chaves de Sousa
Kelerson Semerene Costa
Plácido Flaviano Curvo Filho
Sonia Maria de Brito Mota

Cooperação Técnica Alemã – GTZ

Petra Ascher

Apoio Administrativo:

Eleusa Zica
Paula Lucatelli

Projeto Gráfico: *Formato 9*

Diagramação: Edições Ibama

Carlos José

Capa: Edições Ibama

Denys Márcio

orelha da capa: Arte original de *Isabela Lara*

Normalização Bibliográfica: Edições Ibama

Helionídia C. Oliveira

® *Ministério do Meio Ambiente*

Distribuição Dirigida: 1.000 exemplares

Este estudo foi realizado com a colaboração da Cooperação Técnica Alemã - GTZ

S255p Sauer, Sérgio

Prevenção de incêndios florestais na Amazônia: lições aprendidas no Projeto Proteger / Sérgio Sauer. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

63p. ; 28 cm. (Série Estudos, 1)

Inclui Bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento sustentado. 3. Incêndio florestal. 4. Amazônia. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA. III. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. IV. Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA. V. Título. VI. Série.

CDU (2ed.) 504.06

Conceitos emitidos e informações prestadas nesta publicação são de inteira responsabilidade do autor

LISTA DE SIGLAS

AMA	Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise
APA	Associação de Produtores Alternativos (Ouro Preto d'Oeste/RO).
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Imperatriz/MA).
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico.
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Cooperação Técnica Alemã)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IESA	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MSTR	Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais
PGAI	Projetos de Gestão Ambiental Integrada
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PROARCO	Projeto Emergencial de Monitoramento, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Amazônia.
PRODOC	Documento do projeto

PROTEGER	Projeto de mobilização e capacitação de agricultores familiares, extrativistas e indígenas para a prevenção de incêndios florestais na Amazônia.
RAEFAP	Rede das Associações das Escolas Família do Amapá.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas.
SEDAM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (RO).
SPRN	Subprograma de Políticas de Recursos Naturais
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
USAID	The US Agency for International Development

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	13
1 – CONTEXTO E HISTÓRIA DO PROJETO PROTEGER	15
2 – OBJETIVOS, METAS E RESULTADOS ESPERADOS DO PROTEGER II	21
3 – LIÇÕES APRENDIDAS NO PROJETO PROTEGER	25
3.1 – ENVOLVIMENTO E APRENDIZADO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS	25
3.2 – FOCALIZAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E DEMOCRACIA	27
3.3 – PROTEGER: “REPLICAÇÃO” E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	30
3.4 – CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS ENTRE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	33
3.5 – ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE “PUXIRUNS AMBIENTAIS”	37
3.6 – BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA UMA “PRODUÇÃO SEM FOGO”	40
4 – PRINCIPAIS PROBLEMAS E DESAFIOS	43
4.1 – DESAFIOS DE CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DOS TRABALHOS	43
4.2 – DESCENTRALIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS RECURSOS	44
4.3 – A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA UMA “PRODUÇÃO SEM FOGO”	45
4.4 – CONSTRUIR INDICADORES PARA MEDIR IMPACTOS DO PROTEGER?	47
4.5 – COMO AMPLIAR A ATUAÇÃO SEM PERDER O FOCO?	49
4.6 – TRANSFORMAR O PROTEGER EM POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	50
5 – RECOMENDAÇÕES	53
5.1 – SUPERAR O CARÁTER EMERGENCIAL DO PROJETO	53
5.2 – MANTER O FOCO NO SEGMENTO SOCIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR	54

5.3 – REVER A RELAÇÃO ENTRE A SUSTENTABILIDADE E A PRÁTICA DAS QUEIMADAS	54
5.4 – BUSCA DE NOVOS ESPAÇOS PARA PARCERIAS NACIONAIS E ESTADUAIS	55
5.5 – ESTABELECEMOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	56
FONTES DA PESQUISA	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

RESUMO

O projeto de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia, denominado de Projeto Proteger, é resultado de uma iniciativa do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR no contexto da formulação e implementação do Programa de Prevenção aos Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento - Proarco, formulado e coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

O Projeto Proteger tem como principal objetivo auxiliar a organização e mobilização dos agricultores e agricultoras familiares, extrativistas e indígenas para a proteção dos ecossistemas amazônicos, a partir da disseminação do conceito de sustentabilidade, desencadeando processos educacionais que contribuam para a diminuição do uso do fogo nos sistemas de produção das comunidades e propicie um controle maior das queimadas.

Este estudo é fruto do trabalho de sistematização das lições aprendidas sobre a prevenção de queimadas na Amazônia no âmbito do Proteger, feito sob demanda do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA e da Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ. Procurou-se contemplar os principais eixos da estratégia de atuação do projeto, ou seja: a mobilização social, a educação ambiental e a produção sustentável. Além de uma parte introdutória sobre a história e os objetivos do Proteger, o texto está dividido em três partes abordando lições, desafios e recomendações.

Alguns impactos importantes do Proteger são:

- 1) o despertar para as questões ambientais de segmentos de produtores familiares;*
- 2) a construção de parcerias colocando o problema dos incêndios na pauta de várias entidades e órgãos governamentais;*
- 3) a organização social através da formação dos “puxiruns ambientais” que dão continuidade aos trabalhos de preservação e,*
- 4) as trocas de experiências entre as comunidades e lideranças sobre práticas alternativas de produção sustentável na região amazônica.*

Apesar da ausência de mecanismos de monitoramento, diversos representantes de setores envolvidos com a problemática ambiental percebem uma diminuição de incidentes — diminuição de incêndios ou de focos de incêndios, de registro de

ocorrências no Corpo de Bombeiros, etc. — resultantes do uso indiscriminado do fogo na região.

O processo de implantação e os impactos do Proteger permitem sistematizar muitas lições como, por exemplo:

- 1) o aprendizado dos grupos envolvidos como fruto da combinação de processos de ação e formação;*
- 2) a preocupação com os incêndios — uso indiscriminado do fogo — é central entre as questões ambientais na região;*
- 3) os avanços do Proteger são frutos da decisão de dar prioridade a determinado segmento social — os produtores familiares;*
- 4) os resultados estão diretamente relacionados com a inserção social do Proteger no segmento familiar;*
- 5) a mobilização social resultante demonstra a importância do setor familiar na região;*
- 6) é fundamental buscar alternativas de produção sustentável, capazes de diminuir os riscos de incêndios na Amazônia.*

Muitas lições se constituem também em desafios, apontando novas perspectivas e demandas. Este relatório procura sistematizar vários destes desafios, sendo que os mais importantes são:

- 1) a superação do “caráter emergencial” que marcou especialmente a primeira etapa do projeto;*
- 2) a busca de continuidade e ampliação do Proteger, inclusive o aporte de recursos financeiros;*
- 3) a assimilação da problemática por outros órgãos governamentais, talvez transformando o Proteger em uma política pública governamental e,*
- 4) a construção de indicadores capazes de avaliar o sucesso do projeto como um todo.*

O sucesso alcançado pelo Projeto Proteger está intimamente relacionado com a histórica inserção social, nas comunidades da região, das entidades envolvidas. Além da grande capilaridade das organizações — presença social e geográfica em grande parte da região —, tal inserção gera também confiança política, abrindo espaço para a atuação do Proteger. Em segundo lugar, a grande aceitação do Proteger é resultado da premência e centralidade da problemática, especialmente o crescente risco de incêndios florestais, uma preocupação generalizada nas comunidades rurais na região amazônica

Projeto Proteger

Coordenação nacional: Grupo de Trabalho Amazônico

Coordenação nos estados:

- Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais (AC, MT, PA, RO E TO)
- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – Centru (MA);
- Rede das Associações das Escolas Família do Amapá (AP)
- Comissão Pastoral da Terra – CPT (RR).

Período de execução:

A segunda etapa do Proteger terá duração de dois anos, iniciando em maio de 2001.

Principais eixos de atuação:

- mobilização social
- produção sustentável sem uso do fogo
- educação ambiental

Público alvo:

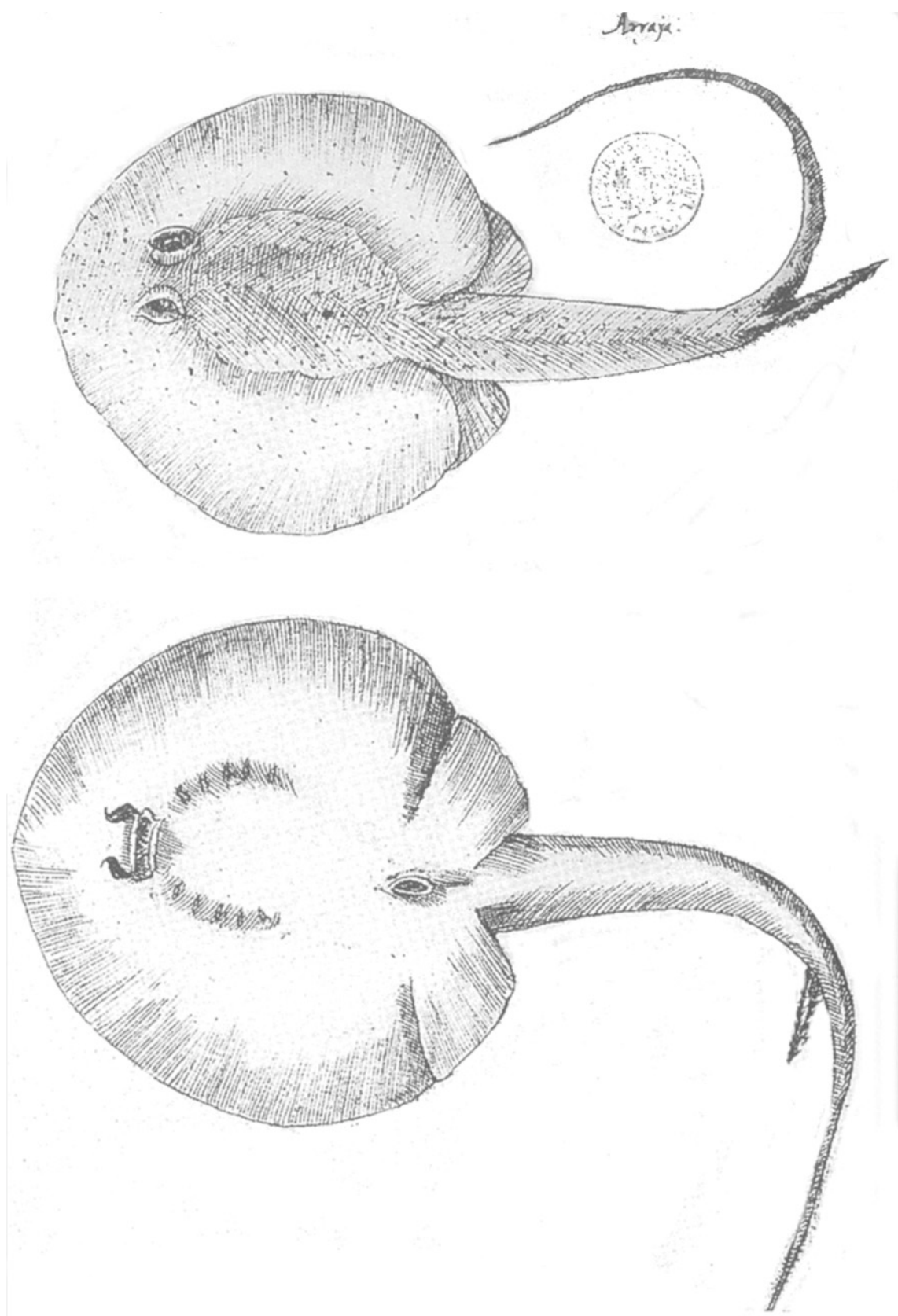
Lideranças e comunidades de agricultores familiares, extrativistas e indígenas da região amazônica.

Principais atividades:

- capacitação de monitores e de agricultores familiares por meio de seminários e cursos locais;
- elaboração e impressão de cartilhas e cartazes;
- elaboração de vinhetas para rádios comunitárias;
- visitas de intercâmbio e seminários sobre experiências sobre produção sem fogo;
- realização de “puxiruns”;
- reuniões municipais e visitas domiciliares.

Orçamento previsto:

O aporte financeiro da Usaid é de US\$ 1 milhão, mas a execução do projeto inclui outras parcerias e apoios financeiros.



INTRODUÇÃO

O projeto de “mobilização e capacitação para a prevenção de incêndios florestais na Amazônia”, denominado de Projeto Proteger, teve início em julho de 1998 e é composto por duas fases distintas. Executado pelas entidades da rede GTA - Grupo de Trabalho Amazônico e organizações sindicais — federações e sindicatos de trabalhadores rurais — da região amazônica, esse projeto se insere no conjunto das ações coordenadas pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

Apoiado financeiramente pela Usaid — os recursos são administrados pelo Banco Mundial —, o Projeto Proteger foi o primeiro projeto do Programa Piloto organizado, coordenado e implementado diretamente por organizações da sociedade civil. O Proteger é resultado de uma iniciativa no contexto da formulação e implementação do Proarco, o Programa de Prevenção aos Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento elaborado e coordenado pelo Ibama, em execução desde 1998, com recursos do Banco Mundial, governo federal e governos estaduais.

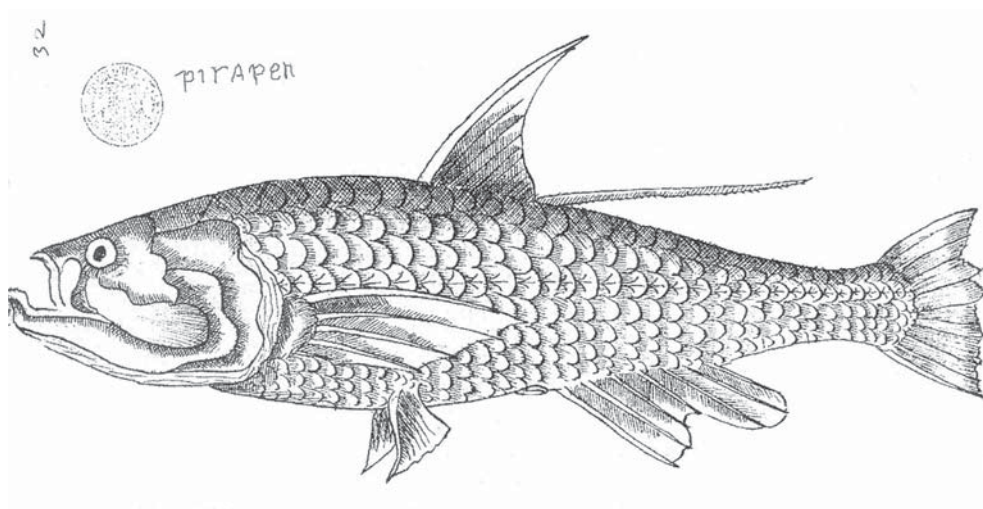
Na primeira fase do Projeto Proteger, implementada em 1998 e 1999, a prioridade foi sensibilizar, mobilizar e treinar lideranças sindicais e agricultores familiares, formadores de opinião e responsáveis pela disseminação de informações em suas comunidades e organizações. Nessa etapa, o Proteger treinou 200 monitores que mobilizaram e sensibilizaram aproximadamente doze mil lideranças comunitárias em técnicas de controle de queimadas e prevenção de incêndios florestais. Através da técnica de disseminação de informações, esta primeira fase do Proteger deve ter alcançado em torno de 120 mil pessoas em toda a região amazônica, enfatizando a importância de um uso controlado do fogo nas práticas agropecuárias.

Dando seqüência aos trabalhos, a segunda etapa do Projeto Proteger, iniciada em 2001 e em fase de execução, foi concebida para responder ao desafio de criar alternativas viáveis de produção, minimizando o uso de queimadas nas atividades agropecuárias das comunidades rurais. Buscando parcerias com os governos estaduais e municipais, o Proteger II tem como objetivo mobilizar cerca de 34 mil lideranças comunitárias e sindicais para diminuir o uso do fogo e disseminar técnicas de produção sustentável que minimizem ou até mesmo eliminem as queimadas nas atividades produtivas da Amazônia brasileira.

Este estudo resulta do trabalho de sistematização das lições aprendidas nos processos de construção e implementação do Projeto Proteger e foi desenvolvido com os seguintes objetivos:

- realizar uma análise de lições aprendidas sobre a prevenção de queimadas na Amazônia no âmbito do Proteger, contemplando os principais eixos de sua estratégia de atuação: mobilização social, educação ambiental e produção sustentável;
- identificar medidas necessárias para promover a consolidação e replicação de iniciativas inovadoras do Proteger, no âmbito do Programa Piloto e por meio de políticas públicas afins;
- analisar experiências de articulação entre o Proteger e outros projetos e programas com objetivos e metodologias afins, bem como as potencialidades para uma maior cooperação nesse sentido, com benefícios mútuos.

Fruto de leitura de documentos — contratos, relatórios de progresso, memórias de reuniões e visitas etc. —, entrevistas e visitas de campo — no estado de Rondônia e na região de Imperatriz, Maranhão —, o estudo está dividido em cinco capítulos. O primeiro e o segundo resgatam o contexto, a história, os objetivos e as metas do Projeto Proteger. O terceiro capítulo procura sistematizar alguns temas como lições importantes no processo de implantação do Proteger. Os diversos subtítulos sistematizam o aprendizado relacionado aos eixos do projeto, ou seja, educação ambiental, mobilização social e busca de alternativas às queimadas nas atividades agropecuárias e extrativas. O quarto capítulo sistematiza alguns problemas e desafios e o quinto reúne algumas recomendações. Intimamente relacionado com as lições e aprendizados, o Proteger deverá avançar em suas formulações, buscando a própria sustentabilidade. É fundamental, também, a incorporação das propostas nas políticas públicas, inclusive transgredindo os espaços das políticas governamentais ambientais para ganhar efetividade na formulação de um verdadeiro desenvolvimento sustentável na região amazônica.



1 CONTEXTO E HISTÓRIA DO PROJETO PROTEGER

Há séculos as queimadas fazem parte do desenvolvimento de atividades agropecuárias pelas populações da região amazônica. Essas queimadas são utilizadas, no período de estiagem, principalmente para a limpeza de áreas, especialmente após novas derrubadas, objetivando cultivos agrícolas e de pastagens para a pecuária. No entanto, a rápida expansão da pecuária extensiva, dos projetos de colonização e da indústria madeireira, nas últimas décadas, transformou o uso das queimadas na Amazônia em uma grave ameaça, especialmente com a ocorrência de muitos incêndios florestais.¹

Por outro lado, o uso do fogo ainda se constitui no principal instrumento para cultivos agropecuários e práticas extrativas de produtores familiares — extrativistas, seringueiros, trabalhadores rurais, agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, comunidades indígenas etc. — na Amazônia. Essa prática permanece em consequência de “sua eficácia, [de seu] baixo custo e [da] falta de políticas públicas claras, eficientes e adequadas para os diversos setores agrícolas na região amazônica” (Figueiredo, 2002, p. 1).

As avaliações em torno dos benefícios e problemas do uso do fogo, no entanto, são bastante controversas.² Além da dimensão social, aqueles que defendem a prática de queimadas enfatizam seus efeitos ambientais benéficos como, por exemplo, o incremento do teor de nutrientes do solo — fósforo, potássio e magnésio —, com o acúmulo de cinzas. A menor acidez e toxicidade e a presença destes nutrientes, resultantes da queima, são essenciais para o crescimento vegetal. Defendem o uso do fogo porque as queimadas também matam parasitas — insetos, fungos, nematóides e bactérias patogênicas —, diminuem a incidência de ervas invasoras e aumentam a atividade das bactérias anaeróbicas, fixadoras de nitrogênio. Por sua vez, aquelas pessoas que condenam a prática das queimadas o fazem enfatizando os problemas ambientais, sociais e econômicos. Segundo Cochrane, “além de liberar enorme quantidade de fumaça

¹ O problema dos incêndios florestais vem se agravando progressivamente, segundo Cochrane, especialmente pelo “crescimento da indústria madeireira na Amazônia [que] aumenta a área vulnerável ao fogo” das florestas (2000, p. 28).

² Mineiro, por exemplo, afirma que as queimadas “querem dizer muito mais do que os altos calores que produzem: ajudam a enfraquecer a vida. Atacam o conjunto de elementos vitais que se condensa no conceito de biodiversidade. Mesmo que tudo rebrote, que a vida ali recomece, já não será o mesmo viço, e a cada vez, será menor” (2001, p.16).

e partículas, aumentando o teor de gás carbônico (CO₂) na atmosfera e ameaçando a saúde da população, o fogo pode trazer prejuízos imensos e duradouros para as florestas atingidas” (2000, p. 27).³

Esse debate não se restringe a possíveis benefícios ou prejuízos da histórica prática de queimadas nas atividades produtivas da região. Há ainda sérias controvérsias sobre quem são os principais responsáveis pelos prejuízos causados pelo uso do fogo. Sem sombra de dúvidas, a queima — e a conseqüente destruição ambiental — de grandes áreas é a principal responsável pela produção de excessos de gás carbônico na Amazônia, provocando muitos problemas ambientais.

Independentemente dessa controvérsia, a perda do controle do fogo é o principal responsável pelos incêndios florestais. Isto significa que o fogo fora de controle⁴ é um dos problemas mais sérios da região amazônica. Segundo Diaz *et alli*:

paradoxalmente, o fogo também acarreta prejuízos para os fazendeiros e agricultores quando escapa ao controle, queimando aquilo que não era desejado. Esse risco do fogo sem controle desestimula os proprietários a investirem em suas propriedades, perpetuando o domínio da pecuária extensiva e da agricultura de corte e queima em detrimento do estabelecimento de sistemas agro-florestais e do manejo florestal sustentável (2002, p. 5).

Essas queimadas fora de controle, independentemente de suas origens, invadem matas adjacentes e florestas debilitadas pelos cortes predatórios e tornadas vulneráveis pelo aumento do volume de biomassa seca e altamente combustível, provocando os temidos incêndios florestais. Durante o período da seca, os incêndios costumam invadir campos, reservas, pastagens e mesmo áreas de floresta primária, causando danos econômicos e ambientais catastróficos para as populações locais e para o meio ambiente.

³ Os efeitos das queimadas também são sentidos pelas populações urbanas, pois a fumaça representa um grave problema de saúde pública, sendo a causa, por exemplo, de muitas doenças respiratórias. Também nos períodos de queimadas intensivas, os aeroportos são obrigados a fechar, causando outros problemas para a economia regional.

⁴ No processo de formulação do Proteger, a preocupação de não condenar o uso histórico do fogo pela produção familiar resultou na utilização de expressões como “uso controlado do fogo”, “queimada controlada”, “queimar somente o necessário”. O objetivo era preservar distinções entre as práticas necessárias de queimada para a produção e reprodução do segmento social familiar e as “queimadas acidentais”, ou seja, ações indesejadas que resultam na perda de controle sobre o fogo e na ampliação da área afetada.

Em 1998, as previsões de estiagem prolongada, decorrentes do fenômeno *El Niño*, acentuou os temores em torno de incêndios florestais na Amazônia, gerando expectativas catastróficas para os meses de seca. Tais previsões levaram o governo brasileiro, por meio das equipes do Ibama, a formular o Proarco.⁵

Ao constatar que a região do chamado Arco do Desflorestamento da Amazônia Legal é mais suscetível à ação do fogo, o Ibama formulou esse programa como um plano de “ação de prevenção, de fiscalização e de controle das queimadas e combate aos incêndios florestais” (MMA/Ibama, 1998, p. 21). O programa é integrado por uma série de componentes e sub-componentes com ações de monitoramento, fiscalização, prevenção, educação, capacitação e treinamento — inclusive a criação de forças-tarefa e a formação de brigadas municipais e voluntárias para o combate a incêndios florestais. Essas ações devem ser executadas integrando esforços de órgãos nacionais, estaduais e municipais, descentralizando as atividades para muitos atores — prefeituras, Corpo de Bombeiros, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, Forças Armadas etc. — localizados no Arco do Desflorestamento.

No processo de elaboração do Proarco, o GTA foi contatado para colaborar, representando setores da sociedade civil organizada da região. Os primeiros contatos com Ibama, Usaid e Banco Mundial levaram à formulação de um projeto próprio de mobilização social, atuando junto às comunidades e lideranças da agricultura familiar, comunidades indígenas e extrativistas. A concepção básica era a de desenvolver um trabalho com metodologia capaz de atingir um grande número de pessoas, em um curto prazo de tempo — de três a quatro meses—, atuando em uma situação emergencial.⁶

Nesse contexto de riscos e preocupações, e de formulação do Proarco, o GTA, em parceria com o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais da Região Norte – MSTR, concebeu, negociou e implementou o Projeto Proteger, a partir de 1998. A primeira etapa do Projeto foi marcada, portanto, por um trabalho de caráter emergencial, de um esforço imediato de mobilização, buscando amenizar os riscos

⁵ De acordo com o projeto do Proarco, o Arco do Desflorestamento “tem início no Nordeste do Pará, atravessando o Sudoeste do Maranhão e o Noroeste do Tocantins, passando pelo Norte do Mato Grosso, seguindo até o Oeste de Rondônia e terminando no Leste do Acre, e sua largura pode variar entre 200 a 600 km, de acordo com o grau de intensidade de ocupação nos Estados da Amazônia Legal” (MMA/Ibama, 1998, p. 20).

⁶ Conforme veremos adiante, essa situação de emergência forçou a adoção de uma metodologia de trabalho com base na “reprodução e disseminação de informações e técnicas” com o objetivo de sensibilizar — e não conscientizar ou educar — as comunidades e lideranças. Essa metodologia, no entanto, deve ser revista para permitir uma perspectiva de formação e aprendizado continuados em relação à problemática do fogo na Amazônia.

decorrentes do uso do fogo em conseqüência da longa estiagem do ano de 1998. Independentemente de toda a controvérsia sobre os impactos das queimadas na região — inclusive as discussões sobre os reais custos do uso do fogo nas atividades agropecuárias —, o pressuposto fundante da ação do Proteger era sensibilizar as comunidades para a necessidade de um emprego controlado desse método. Sem condenar a prática histórica das populações locais — para muitos, o único recurso disponível —, a meta era mobilizar lideranças para restringir o uso do fogo nas práticas agropecuárias e extrativas.⁷

Em conseqüência, o desenho do Projeto Proteger, na primeira etapa, estava voltado para ações rápidas buscando sensibilizar as comunidades locais sobre aumento dos riscos de incêndios florestais decorrentes da estiagem que assolava a Amazônia naquele ano. As atividades principais eram realizadas na lógica de uma “campanha emergencial massiva” para sensibilizar e mobilizar as comunidades rurais, localizadas nas áreas mais críticas da região, buscando o uso controlado e a diminuição do fogo — queimar apenas o estritamente necessário.

Nessa lógica de ação emergencial, foram realizados cursos sobre os perigos do fogo fora de controle e a necessidade de adotar procedimentos para as queimadas controladas em 322 municípios dos nove estados da Amazônia Legal. A partir da capacitação de 200 monitores e monitoras — em nove cursos estaduais e/ou regionais —, realizaram-se 400 cursos locais e regionais de sensibilização, os quais contaram com a participação direta de cerca de doze mil agricultores familiares e lideranças comunitárias.⁸ Tais cursos se constituíram no principal mecanismo de mobilização e disseminação de informações do Projeto Proteger, facilitados pela histórica inserção social dos monitores e monitoras na realidade regional e local.

Entre os objetivos da primeira etapa do Proteger estava também a tentativa de estabelecer uma mobilização permanente, envolvendo as comunidades e suas lideranças na formação de “brigadas comunitárias”. Diferente da proposta de constituição de “brigadas municipais” e “voluntárias”,⁹ a formação das “brigadas comunitárias” não

⁷ A partir de uma pesquisa de campo sobre a prática de queimadas, realizada na região sul do Pará, Figueiredo reafirma que, para os agricultores familiares “o fogo é solução”. Segundo ela, “é importante registrar que 100% dos entrevistados que optaram por responder ‘ambos’ nesta questão identificaram o fogo, primeiramente, como uma solução alegando ser a única forma, a ele disponível, para o plantio. O fogo passa a ser visto como um problema a partir do momento em que sai de controle” (2002, p. 5).

⁸ Segundo termos do relatório da avaliação preliminar, “a realização dos treinamentos, dos cursos, dos encontros, dos estudos e do seminário final” assinalam “a importância da mobilização ocorrida. Os números do que foi realizado não deixam dúvidas, quase todas as metas foram atingidas ou superadas, apesar dos percalços inerentes a um Projeto desta natureza” (Vianna, 1999, p. 24).

⁹ Além de estruturar e equipar unidades especializadas, o Proarco tem como meta, através de seu sub-componente de capacitação e treinamento, “treinar pessoal para a formação de brigadas [municipais e voluntárias] para prevenção e combate aos incêndios florestais” (MMA/Ibama, 1998, p. 26).

tinha como objetivo principal combater incêndios, mas materializar a mobilização como prevenção, por meio de um trabalho sistemático de sensibilização que prevenisse as comunidades sobre os perigos do uso do fogo e as necessidades de práticas de queimadas controladas.

Os objetivos do Proteger, no entanto, não estavam reduzidos a essas ações emergenciais. De acordo com os termos do projeto — documento da primeira etapa —, a premência de uma ação rápida para amenizar os impactos das queimadas não poderia ser isolada de estratégias de desenvolvimento sustentável para a região. Um dos principais pilares desse desenvolvimento deveria ser a substituição das queimadas por outras técnicas, sendo necessária a busca de alternativas viáveis, capazes de substituir o fogo no preparo da terra.

Assim, as atividades do Proteger incluíram, também, a realização de um levantamento de práticas alternativas de produção agropecuária com queimadas controladas ou sem o uso do fogo. Uma equipe de sete pesquisadores e pesquisadoras visitou, mapeou e analisou vinte e uma experiências nos nove estados da região, buscando alternativas ao uso do fogo capazes de ser utilizadas em diferentes ambientes da Amazônia.¹⁰

Outra atividade da primeira etapa do Proteger foi a realização de uma conferência sobre “desenvolvimento sustentável e alternativas ao uso do fogo”, em Belém, em 1999. A conferência contou com a presença de mais de 100 lideranças das organizações e movimentos sociais populares e sindicais da Amazônia — trabalhadores rurais, extrativistas, agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, índios, quebradeiras, seringueiros —, e seu objetivo foi debater propostas e políticas para a construção de um desenvolvimento sustentável para a região amazônica, combinando progresso social e preservação ambiental.¹¹

Por diferentes motivos — inclusive pela saída da equipe técnica nacional de então e pelo processo de renovação do projeto e do apoio financeiro —, todas essas atividades foram paralisadas. As atividades “não emergenciais” — pesquisa,

¹⁰ Os objetivos dessa pesquisa eram: 1) levantar as causas do uso do fogo nas atividades agropecuárias e extrativas; 2) mapear, estudar e catalogar experiências e práticas bem sucedidas que possibilitam a diminuição e/ou erradicação do uso do fogo nas atividades agro-extrativistas, e 3) subsidiar os debates e construir propostas de desenvolvimento sustentável na região amazônica.

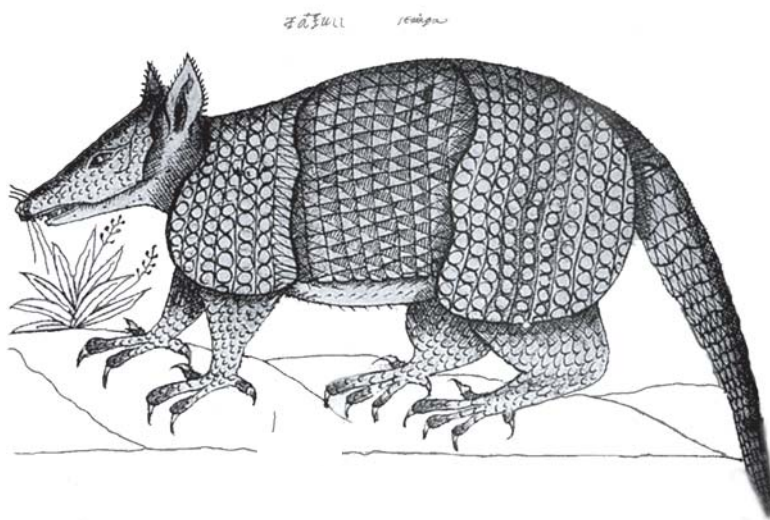
¹¹ Os objetivos específicos dessa conferência foram: 1) apresentar e debater experiências e práticas bem sucedidas que possibilitam a diminuição e/ou erradicação do uso do fogo nas atividades extrativistas e agropecuárias e viabilizam um desenvolvimento sustentável; 2) debater propostas e políticas capazes desencadear um desenvolvimento sustentável na região, melhorando as condições de vida da população e preservando o meio ambiente e, 3) elaborar políticas para os diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) e propor ações e práticas para as comunidades rurais e seus movimentos e organizações.

conferência, formação de brigadas —, apesar de realizadas, perderam força, não alcançando os resultados desejados.

Em maio de 2001, o GTA e o MSTR retomaram, redesenharam e planejaram novas ações do Proteger, agora denominado de Proteger II, dando continuidade ao processo educativo iniciado em 1998. Esse projeto tem como objetivo dar seqüência ao processo de mobilização e capacitação de agricultores familiares, extrativistas e indígenas para um maior controle no uso do fogo, prevenindo possíveis incêndios florestais, além da busca de alternativas de produção sustentável, especialmente por meio da realização de cursos locais, formação de “puxiruns ambientais” e troca de experiências entre as comunidades da região.

O GTA, junto com outras entidades de base — especialmente o MSTR —, representando agricultores familiares, trabalhadores rurais, extrativistas e comunidades indígenas, coordena, em oito estados da Amazônia brasileira, atividades e ações voltadas para o controle de queimadas e a busca de alternativas sustentáveis de produção agropecuária e extrativa.

As atividades de educação ambiental e mobilização social do Proteger II estão sendo desenvolvidas nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Roraima e Amapá.¹² Os executores estaduais do Proteger incluem: as Federações de Trabalhadores na Agricultura — no Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins; a Comissão Pastoral da Terra, em Roraima; e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – Centru, no Maranhão. No Amapá, o projeto é coordenado pela Rede das Associações das Escolas Família e pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - Iesa.



¹² O Estado do Amapá está fora da região do Arco do Desflorestamento, considerada a área mais crítica e suscetível a incêndios florestais da Amazônia. Mesmo assim, o apoio financeiro do governo estadual, à época, e o empenho da Rede das Escolas Família permitiram a inclusão deste estado nas atividades e mobilizações do Projeto Proteger.

2 OBJETIVOS, METAS E RESULTADOS ESPERADOS DO PROTEGER II

O fogo é uma ferramenta importante de trabalho, historicamente utilizado pelas populações locais no desenvolvimento de atividades agropecuárias e extrativas. No entanto, o crescimento das queimadas, diretamente associado ao desmatamento e à exploração predatória da madeira, vem aumentando os perigos e a incidência de incêndios florestais na região amazônica.¹³

A partir dessa realidade, o Projeto Proteger estabeleceu como eixos centrais de trabalho a mobilização social, a educação ambiental e a busca de alternativas ao uso do fogo por meio da produção sustentável.¹⁴ O Manual Operacional estabelece dois objetivos gerais, conforme o quadro 1:

Quadro 1

Objetivos gerais do Projeto Proteger II:

- contribuir para a prevenção do ecossistema amazônico, a partir da disseminação do conceito de sustentabilidade que faz da conservação ambiental uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- auxiliar a organização e a mobilização dos agricultores e agricultoras familiares, extrativistas e indígenas nas áreas atingidas pelo projeto.

O Projeto Proteger está estruturado em torno de cinco objetivos específicos, todos voltados para a redução do uso das queimadas e busca de alternativas de produção

¹³ Para um estudo mais aprofundado sobre as conseqüências e impactos da ação do fogo nos diferentes tipos de florestas e os perigos de incêndios florestais na região amazônica, ver os estudos de Diaz *et alli* (2002) e de Holdsworth e Uhl (1998).

¹⁴ As prioridades e objetivos do Proteger de buscar práticas de produção sustentáveis não devem levar (nem serem construídas) ao estabelecimento de uma relação direta entre o uso do fogo e a insustentabilidade ambiental. A preocupação com os incêndios florestais, decorrente da perda de controle sobre o fogo, leva (segundo explícito nos objetivos específicos do projeto) à busca de alternativas para diminuir a prática de queimadas nas atividades produtivas familiares.

sem fogo, a partir da mobilização e sensibilização das comunidades locais e suas lideranças. Também foram estabelecidas algumas metas a cumprir. (quadros 2 e 3)

Quadro 2

Objetivos específicos do Projeto Proteger II:

- desencadear um processo educacional que contribua para a diminuição do uso do fogo nos sistemas de produção das comunidades da Amazônia Legal e, ao mesmo tempo, propicie um controle maior das queimadas;
- promover, a médio e longo prazo, a adoção de práticas sustentáveis nos sistemas de produção das agricultoras e agricultores familiares, extrativistas e indígenas da região;
- estimular a integração das agricultoras e agricultores familiares, extrativistas e comunidades indígenas, por meio de uma articulação de suas respectivas organizações, junto às políticas e aos programas governamentais e não-governamentais, voltados para a prevenção de incêndios na Amazônia.¹⁵
- proporcionar a troca de informações entre os serviços de monitoramento de queimadas — Proarco, CSRs — e os sindicatos de trabalhadores rurais, proporcionando um intercâmbio de experiências voltadas para o combate aos incêndios florestais;
- viabilizar a formação de grupos organizados para combater os incêndios florestais,¹⁶ difundir técnicas e métodos sobre produção sem fogo e promover também atividades de educação ambiental, identificadas no Proteger como Puxirum ambiental.

¹⁵ Segundo o Manual de Operações, é objetivo também ajustar e/ou aperfeiçoar instrumentos que sejam capazes de potencializar as ações dando maior visibilidade e capacidade de intervenção a esses grupos no processo de implantação do Proteger II.

¹⁶ É freqüente, nos diversos documentos consultados, a menção a objetivos ou metas relacionados com o “combate a incêndios florestais”. Esta deve ser uma ação exclusiva do Estado, mais especificamente de pessoal mobilizado, treinado e incorporado ao Corpo de Bombeiros ou a unidades especializadas. Conseqüentemente, as ações e atividades do Proteger, mesmo dos “puxiruns” ou das “brigadas comunitárias”, devem ser de **sensibilização, mobilização e prevenção** e não de combate a incêndios.

Quadro 3

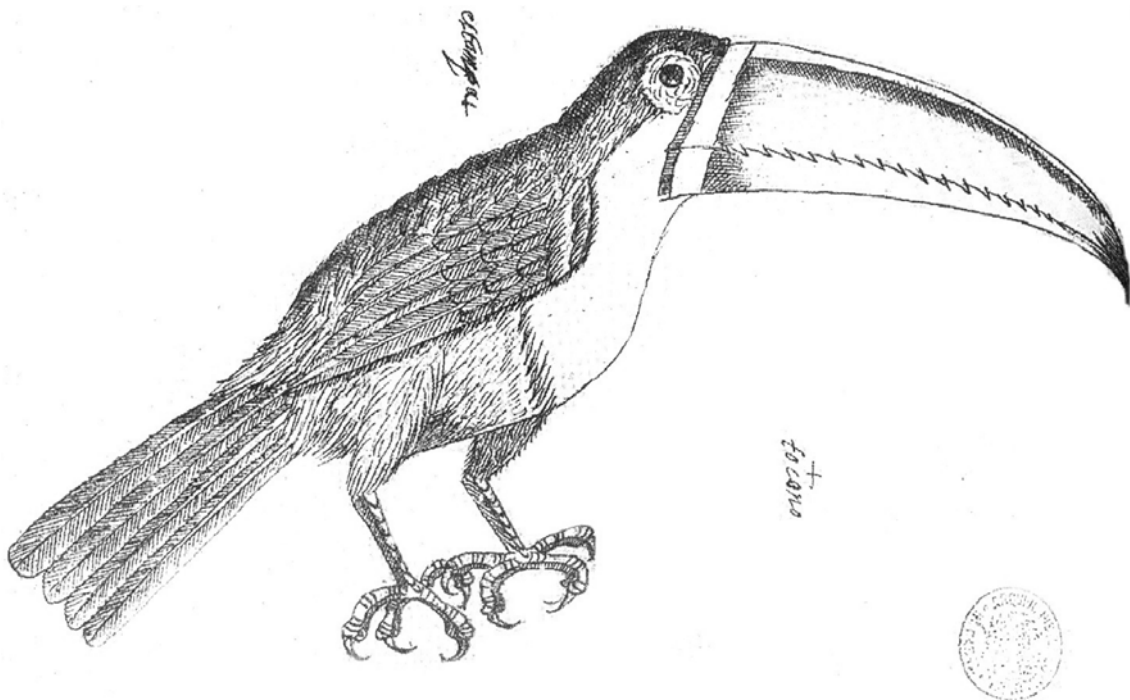
Metas do Projeto Proteger II:

- capacitar 425 monitores e monitoras para atuar como multiplicadores no repasse de orientações e informações a, no mínimo, 39 mil agricultores familiares, localizados nos 134 municípios nos estados da Amazônia Legal, exceto o estado do Amazonas, que não está inserido nas atividades do Proteger II;
- realizar 22 seminários estaduais e/ou regionais de capacitação de monitores em prevenção de queimadas acidentais. Ao todo, serão ministrados 1.143 cursos para repasse de informações e orientações a lideranças locais;
- disponibilizar material didático e informativo (102 mil cartilhas e 81 mil cartazes) para distribuição entre monitores e monitoras e seus grupos de atuação;
- produzir e veicular vinhetas educativas através de rádios para mobilizar as populações-alvo do projeto na formação e organização de 241 brigadas puxiruns ambientais, promovendo também 241 acordos comunitários para a realização de queimadas controladas;
- organizar, a cada ano, 12 caravanas para visitas de intercâmbio, abrangendo 36 experiências de sucesso em termos de manejo e produção agropecuária sem uso do fogo na Amazônia;
- realizar, a partir dessas experiências e caravanas, 24 seminários estaduais sobre produção sem uso do fogo, envolvendo a participação de aproximadamente 425 monitores e lideranças comunitárias na elaboração de propostas e experimentos destas práticas;
- repassar, sistematicamente, informações sobre focos de calor, identificados pelo Ibama/Proarco, às organizações locais;¹⁷
- realizar três seminários nacionais para capacitação e troca de experiências entre as coordenações estaduais.

¹⁷ Este relatório não está avaliando a pertinência dos objetivos e metas estabelecidas no projeto Proteger. No entanto, o repasse de informações sobre a incidência de focos de calor só é relevante em um processo de controle e fiscalização, atribuições de órgãos governamentais. As comunidades, lideranças e suas organizações são mobilizadas para prevenir os incêndios, através da sensibilização e conscientização dos problemas, e buscar alternativas às queimadas e **não para fiscalizar o uso do fogo na região.**

Buscando ampliar a atuação do Proteger, os objetivos e metas dessa segunda fase baseiam-se em uma combinação entre mobilização social e educação ambiental. Transcendendo o caráter emergencial, marcante na primeira fase, o Proteger II está pautado na busca de alternativas capazes de diminuir ou mesmo eliminar a prática de queimadas nas atividades agropecuárias da região. Uma das estratégias é, então, facilitar e promover uma troca de experiências por meio de visitas para conhecimento, *in loco*, de práticas já existentes de produção sem fogo. Essas visitas deverão permitir trocas, conhecimento prático e a discussão de alternativas, em um processo de aprendizagem capaz de ampliar as iniciativas já em curso e criar novas perspectivas, ao provocarem a sensibilização e ao estimularem a reflexão sobre problemas comuns e a busca de soluções passíveis de implementação em realidades da região amazônica.

A realização de todos esses objetivos e metas deverá ocorrer mediante o estabelecimento de parcerias e trabalhos conjuntos com outras organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. O objetivo é maximizar os recursos humanos e financeiros, buscando parcerias em nível local, regional e estadual com órgãos de governo, a exemplo do Corpo de Bombeiros, do Ibama/Proarco e Prevfogo, da Embrapa, das prefeituras municipais e dos sub-programas do Programa Piloto – PGAI e SPRN. Essas iniciativas e parcerias devem incluir também organizações populares e não-governamentais, a exemplo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia — Ipam, e da Rede de Escolas Família do estado do Amapá, abrindo possibilidades de contribuições e expansão do trabalho do Proteger.



3 LIÇÕES APRENDIDAS NO PROJETO PROTEGER

O presente estudo resulta de uma tentativa de sistematizar “lições aprendidas”¹⁸ no processo de concepção, desenho e implementação do Projeto Proteger. Essas lições são aprendizados relevantes, resultado de experiências positivas ou negativas, capazes de gerar novos conhecimentos e aprimorar as ações do projeto em questão ou de outros projetos e programas.

A análise e discussão das lições neste estudo serão divididas em três grandes blocos. Tanto as lições como os desafios (capítulo 4) procuram abordar temas relacionados com os eixos básicos do Proteger, ou seja: educação ambiental, mobilização social e a busca de alternativas ao uso do fogo através da produção sustentável. A última parte (capítulo 5) procura sistematizar algumas recomendações visando a continuidade e o aperfeiçoamento do Projeto Proteger.

3.1 Envolvimento e aprendizado dos movimentos sociais e sindicais

Sem sombra de dúvidas, a formulação, a articulação e a implementação do Projeto Proteger representam a materialização da preocupação ambiental entre as lideranças rurais, especialmente no seio do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTR da região amazônica. Certamente, essa preocupação com questões ambientais já estava presente¹⁹, mas de forma fragmentada ou localizada, sendo que as iniciativas e envolvimento não possuíam qualquer institucionalidade no MSTR.

O envolvimento do MSTR aconteceu a partir de um seminário regional envolvendo as principais lideranças das federações de todos os estados da Amazônia Legal. Os resultados deste seminário — inclusive o estabelecimento das metas do Proteger para cada estado — foram aprofundados, definindo até mesmo as equipes de coordenação estaduais. Outro elemento importante que contribuiu para a rápida

¹⁸ O Programa Piloto define lições aprendidas “como conhecimentos gerados a partir das experiências de implementação de projetos, sobre estratégias para promover a proteção e uso sustentável das florestas tropicais, com a devida atenção para a qualidade de vida das populações locais” (AMA, 2002, p. 6).

¹⁹ Muitas mobilizações e iniciativas populares, direta ou indiretamente relacionadas com temas ambientais, nas últimas décadas, tiveram participação – com diferentes graus de importância e níveis de envolvimento – das diversas instâncias do MSTR na região amazônica. As lutas e mobilizações dos seringueiros e a criação do Movimento de Sobrevivência da Transamazônica, no Pará, por exemplo, podem ser mencionadas entre tantas iniciativas importantes, localizadas em diferentes pontos da região que contaram com algum tipo de participação e apoio do MSTR.

mobilização do MSTR foi a descentralização das decisões como, por exemplo, a definição de monitores(as) e a seleção dos municípios e comunidades para a realização dos cursos locais.

Apesar do caráter emergencial e do foco nos problemas relacionados às queimadas, a implementação das ações do Projeto Proteger passou a ser o canal privilegiado para as preocupações ambientais do MSTR. As reuniões de organização e os cursos de formação criaram espaços e momentos de mobilização e articulação de lideranças e agentes já sensibilizados e/ou preocupados com a problemática. A partir desses espaços, houve um processo de irradiação sensibilizando outras lideranças, permitindo discussões e a incorporação da temática nas pautas de reivindicações e ações do MSTR.

Segundo avaliação das próprias lideranças sindicais, o Projeto Proteger “abriu a porta do MSTR para a questão ambiental”. Essa “abertura” representou a inserção das questões ambientais nas atividades cotidianas do movimento sindical na região amazônica. As pautas de reivindicações, frutos de diversas mobilizações, passaram a ter pontos diretamente relacionados com a questão, demonstrando que os temas ambientais ganharam institucionalidade nas práticas sindicais.

O Projeto Proteger resultou em novos desdobramentos e envolvimento do MSTR em outras ações, campanhas e atividades ambientais. O envolvimento da Fetagro nas mobilizações para a recuperação de matas ciliares — margens do Rio Paraíso, em Ouro Preto do Oeste — é um bom exemplo²⁰. A formulação e a implementação do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - Proambiente é outro exemplo deste envolvimento com temas ambientais, antes não tão presentes nas diversas instâncias do MSTR.

O envolvimento cotidiano com as questões ambientais, a partir das atividades do Projeto Proteger, não se restringe ao MSTR, mas está perpassando várias outras organizações e lideranças comunitárias. Conseqüentemente, o aprendizado e a incorporação da temática não são apenas ganhos do movimento sindical, mas penetram no interior dos grupos sociais e comunidades locais, possibilitando mudanças de valores e novas perspectivas.

²⁰ De acordo com relatos das lideranças sindicais, os temas ambientais estão incorporados no cotidiano da Fetagro, inclusive com alterações estatutárias na última assembléia para institucionalizar ações do MSTR relacionadas com a preservação. As preocupações, portanto, não se restringem aos problemas relacionados com o fogo ou à simples implementação do Proteger. O processo de sensibilização trouxe outras preocupações como, por exemplo, o uso de agrotóxicos e outras práticas predatórias que degradam o meio ambiente amazônico.

Esse processo aconteceu, basicamente, como resultado da decisão de envolver, mobilizar e capacitar lideranças comunitárias para desenvolver os trabalhos de monitoras e monitores²¹. Apesar de alguns problemas — detectados na avaliação da primeira etapa como, por exemplo, a seleção de comunidades e localidades para atuação apenas a partir do conhecimento prévio do monitor ou monitora (Vianna, 1999, p. 24) — é fundamental manter a lógica de capacitar lideranças locais para a implantação do Proteger.

Os diversos relatos materializam também processos de aprendizado dos monitores e monitoras, porque a participação nas atividades do Proteger — cursos, reuniões, discussões em geral — possibilitou uma descoberta da importância da questão ambiental, em geral, e das problemáticas do fogo, em particular. O mesmo vem acontecendo com as comunidades e suas lideranças, que começam a incorporar a temática em suas diversas atividades e mobilizações. Tal aprendizado é resultado da combinação entre o processo de formação — participação em cursos, seminários, reuniões etc. — e a ação — organização de reuniões, administração de cursos, mobilização da comunidade, organização de puxiruns etc. — nas atividades do Proteger.

Os processos de envolvimento e aprendizado foram (e são) possíveis apenas a partir de uma inserção social, resultado da longa atuação das entidades e organizações, envolvidas no Proteger, junto às comunidades — uso de um capital político, ideológico e social, presente antes da implantação do Projeto. Isso representa possibilidades de mudanças profundas, inclusive ao nível cultural, abrindo caminho para a educação voltada para um desenvolvimento sustentável.

3.2 Focalização, interiorização e democracia

A implantação do Proteger tem servido como um estímulo para ampliar o raio de atuação das entidades e lideranças envolvidas, gerando novas perspectivas e desafios. Intimamente relacionadas com a capacidade de mobilização e inserção social dessas entidades, as novas demandas por trabalhos e ações ambientais são acompanhadas por possibilidades de abertura de novas frentes geográficas e sociais de atuação, algumas das quais tornaram-se efetivas. As atividades do Proteger têm permitido ao Centru, por exemplo, realizar trabalhos em um número maior de municípios, ampliando a sua atuação na região Tocantina do estado do Maranhão.

²¹ De acordo com o Prodoc, “a estratégia adotada – formação de monitores para atuar como repassadores de informações a lideranças comunitárias – mostrou-se eficaz no sentido de informar e orientar os agricultores familiares quanto à realização das queimadas controladas” (2001, p. 6).

A problemática do fogo e os crescentes perigos de incêndios florestais exigem a ampliação do trabalho, inclusive com o envolvimento de outros atores sociais e a criação de novas parcerias. No entanto, a focalização em um determinado público — agricultores familiares —, especialmente na primeira fase do Projeto Proteger, permitiu consolidar o trabalho de mobilização e sensibilização porque havia uma identificação entre os promotores e os destinatários.

O relatório de avaliação preliminar da primeira fase do Proteger já havia detectado esse processo. Segundo o relatório:

o foco do Projeto nos produtores familiares e a parceria com o movimento sindical de trabalhadores rurais mostraram-se como duas das mais importantes medidas tomadas no desenho e na execução do PROTEGER. A delimitação do público alvo nos produtores familiares – e não em outras categorias – e a relação deste público com os sindicatos de trabalhadores rurais e suas associações e cooperativas tornaram o Projeto mais efetivo e eficiente. (Vianna, 1999, p. 24)

Mesmo sendo necessário ampliar a abrangência dos trabalhos — tanto em termos de parcerias, público-alvo, como de abrangência territorial —, é preciso ter o cuidado para não perder essa identificação entre os diversos atores envolvidos. A preocupação com outros atores — especialmente grandes proprietários e madeireiros — não deve retirar a ênfase no segmento familiar. Isto porque é fundamental para o sucesso do Proteger manter os mecanismos de identificação e confiança que já existem entre as lideranças — coordenações estaduais —, monitores e comunidades locais²².

O envolvimento do MSTR e de suas lideranças promove, além de apoios e parcerias nas questões ambientais, processos participativos e democráticos. As lutas ambientais têm um caráter democratizante porque os atores sociais organizados buscam se constituir como sujeitos dos processos e de tais lutas. Segundo Acsegrad:

é visível o surgimento de unidades de mobilização compostas por grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista das condições materiais de existência que uniformizam sua ação política diante de políticas públicas especializadas que os nivelam temporariamente sob a ação do Estado. (2001, p. 89)

²² Isso aponta para o fato de que a preocupação com o envolvimento e a sensibilização de outros atores sociais, especialmente de grandes proprietários e madeireiros, deve ser canalizada através de outros mecanismos e programas como, por exemplo, componentes do Proarco. É inadequado propor que o Proteger procure mobilizar e sensibilizar esses segmentos sociais amazônicos.

Não é objetivo desses processos participativos criar estruturas e trabalhos que substituam as atribuições típicas do Estado, mas, em primeiro lugar, criar espaços para parcerias, cooperação e trabalhos conjuntos entre sujeitos históricos. Em segundo lugar, as estruturas sindicais e as redes de organizações, especificamente a rede GTA, podem dar maior capilaridade às ações — porque, ao contrário de praticamente todos os órgãos governamentais, estão inseridas na região —, conferindo maior eficácia aos trabalhos.

Essa perspectiva é especialmente importante pelo caráter formativo e educativo dos trabalhos. O Proteger é um projeto voltado para a prevenção, baseada na educação e na sensibilização das comunidades. De acordo com Mineiro, possíveis mudanças no cenário

de aumento na incidência dos incêndios florestais na Amazônia passa [m], necessariamente, muito mais pelo avanço das técnicas de prevenção do incêndio florestal, aliadas a mudanças de posturas socioeconômicas ligadas ao uso do fogo, do que propriamente pelo seu combate. (2001, p. 19)

Conseqüentemente, as ações do Proteger, especialmente a formação e a capacitação, devem ser pensadas como um processo de médio e longo prazo. Isso representa maior investimento — de tempo e recursos, entre outros — na qualificação dos agentes — lideranças e comunidades — por meio de: cursos, ministrados em várias etapas; aprofundamento de alguns temas, especialmente de práticas alternativas de produção; e a adoção de uma metodologia que combine teoria e prática. A formação e a sensibilização devem, portanto, ter um caráter mais permanente, capacitando as comunidades e suas lideranças para adaptar a produção agropecuária, diminuindo as práticas de uso do fogo.

Trata-se de um trabalho com resultados de longo prazo, exatamente na perspectiva de uma educação ambiental capaz de provocar mudanças nos valores culturais da população amazônica. Nesse sentido, as ações do Proteger têm um caráter de médio e longo prazo, especialmente as atividades de formação e educação ambiental. As iniciativas relacionadas às escolas — especialmente no Amapá, mas poderiam ser ampliadas para outros estados da região — são extremamente importantes, sobretudo porque permitem incorporar a problemática ambiental no currículo escolar, orientando a formação para uma vivência sustentável na região.

Toda a sensibilização e conscientização de lideranças comunitárias e sindicais, formadores de opinião, crianças e jovens representa processos de disseminação para o interior da região amazônica. Tal processo está de acordo com o espírito da “Carta de Piracicaba contra o desmatamento na Amazônia”²³, que afirma ser fundamental

²³ Essa carta é o documento final do II Simpósio Latino-Americano de Controle de Incêndios Florestais, organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), Universidade de São Paulo (USP).

“interiorizar, de forma efetiva, até as comunidades rurais, as iniciativas de conscientização através da educação ambiental, (...) sempre de forma cooperativa com todos os atores envolvidos na questão dos incêndios florestais” (Mineiro, 2001, p. 18). Essa interiorização é uma dimensão fundamental tanto na construção de alternativas e práticas produtivas adaptadas ao meio ambiente como na luta contra-hegemônica pela mudança de valores culturais.

Segundo Acselrad, há muito trabalho

(...) na luta contra-hegemônica para fazer a questão ambiental penetrar a consciência da própria sociedade civil, na qual vigoram – com o apoio da produção simbólica difundida pela mídia – visões caricatas segundo as quais meio ambiente significa ‘conservação do verde’, e não base material e simbólica das condições de vida e trabalho das populações. É, sem dúvida, penetrando crescentemente a consciência social que esta questão poderá, por fim, ecoar com maior vigor no interior do próprio Estado. (2001, p. 92)

O Proteger se insere nessa luta contra-hegemônica contribuindo para interiorizar as questões ambientais, criando espaços de discussão e de busca de soluções no seio das próprias comunidades locais, principais interessados na materialização de alternativas de produção. É preciso, portanto, aprofundar as práticas pedagógicas capazes — como sugere a “Carta de Piracicaba contra o desmatamento na Amazônia” — de fazer chegar às comunidades rurais as iniciativas de conscientização.

3.3 Proteger: “replicação” e construção do conhecimento

Conforme já mencionado, as ações fundamentais do Projeto Proteger estão voltadas não para o combate aos incêndios florestais, mas para processos de mobilização, sensibilização e conscientização das populações locais e suas lideranças sobre os perigos do uso do fogo. Essa sensibilização deve, necessariamente, levar desde mudanças de postura — uso controlado de queimadas, queimar somente o necessário etc. — até a adoção de práticas alternativas que eliminem completamente o uso de queimadas nas práticas agropecuárias.

Diante da realidade de uso generalizado do fogo em toda a região e da urgência do problema em 1998, a primeira fase do Proteger foi estruturada tendo como desafio “desenvolver uma metodologia capaz de atingir um grande número de pessoas em um curto prazo (de três a quatro meses), para atender a uma situação emergencial”. O desafio levou à formulação de uma metodologia baseada na disseminação ou duplicação em “forma de ondas ou ecos”, ou seja, uma pessoa treinada multiplica para outras dez e, assim, sucessivamente.

Certamente, essa técnica de replicação foi bastante efetiva, especialmente pela sua associação à capilaridade do MSTR e da Rede GTA na região, sensibilizando as pessoas e as comunidades para os perigos do uso indiscriminado do fogo²⁴. Tais redes demonstraram a importância de uma rápida mobilização para enfrentar uma emergência, replicando informações para sensibilizar o maior número possível de pessoas diante do perigo eminente.

A partir da mobilização das comunidades, os cursos locais foram realizados combinando discussão teórica e experiências práticas — demonstração de técnicas de queima controlada com aceiros, horário apropriado etc. O uso do material pedagógico, especialmente dos cartazes, mas também das cartilhas, foi bastante apropriado, permitindo processos de apreensão e sensibilização das pessoas.

No entanto, essa metodologia, apesar de ter atendido a uma situação emergencial, é inadequada para processos de conscientização de médio e longo prazo²⁵. O Proteger II mantém a perspectiva de uma “técnica de replicação”, no sentido de reprodução ou repasse dos conteúdos e conhecimentos sobre as queimadas. Essa perspectiva fica clara no Documento de Projeto - Prodoc, onde está colocado que um dos objetivos do Proteger é capacitar monitores “no repasse de orientações e informações”. O mesmo acontece com o Manual de Operações, no qual é enfatizada a necessidade de “capacitar multiplicadores” para disseminar informações e conteúdos relacionados às queimadas e aos perigos dos incêndios florestais.

Nesse sentido, o aprendizado por meio da “metodologia de replicação emergencial” deve caminhar para um processo pedagógico continuado. Isso implica a formação — também de forma continuada — de uma equipe de monitores e monitoras inseridos na realidade e nas práticas comunitárias e “disponíveis” para realizar várias atividades — vários cursos ou etapas de formação. O planejamento da educação ambiental deve também ser feito em etapas, ou seja, a realização de diferentes atividades pedagógicas com as mesmas comunidades e lideranças.

²⁴ É importante observar que, apesar do uso do termo “capacitação” no nome do projeto, na primeira fase do Proteger, a terminologia adotada – em consonância com a metodologia de trabalho proposta – era de **sensibilizar** lideranças, agentes formadores de opinião e comunidades sobre a problemática do fogo, que é conceitualmente bastante distinto de processos de conscientização, capacitação, educação ou formação – processos longos de construção de conhecimento e auto-conhecimento.

²⁵ Essa técnica de duplicação é conflitante com uma perspectiva de mobilização permanente e formação continuada dos monitores e monitoras, um dos desafios colocados para a própria equipe do projeto Proteger. É fundamental, portanto, adotar uma metodologia de conscientização condizente com as demandas da educação ambiental, ou seja, um processo de aprendizado baseado na tomada de consciência em íntima relação com a realidade cotidiana das pessoas e de mobilização permanente – tanto de monitores como de lideranças e das próprias comunidades.

Em outros termos, a proposta pedagógica deve superar o simples repasse de informações ou mesmo a mobilização social voltada apenas para a sensibilização sobre os possíveis problemas do uso do fogo. As ações devem ser planejadas visando a educação ambiental por meio de uma série de atividades — várias reuniões, cursos em etapas, encontros para discussão de problemas, formação e acompanhamento dos puxiruns etc. — com os mesmos grupos e comunidades.

O Projeto Proteger deve aprofundar o desenvolvimento de atividades continuadas e metodologias capazes de gerar conhecimentos e disseminar técnicas alternativas, bem como manter comunidades e lideranças mobilizadas. Esse desafio está sendo, em parte, enfrentado pela segunda etapa do Proteger por meio das atividades voltadas para a troca de experiência e a formação dos “puxiruns ambientais”. Tais atividades são fundamentais porque possibilitam o aproveitamento dos conhecimentos já existentes, gerados na própria região, bem como propõem um processo continuado de mobilização e envolvimento com a problemática ambiental.

A oportunidade de “conhecer experiências inovadoras” alternativas ao uso do fogo é, antes de tudo, uma forma didática de valorizar o conhecimento das populações locais²⁶, aspecto completamente ignorado nas históricas políticas e propostas de desenvolvimento adotadas para a região amazônica. De acordo com Teixeira, “as políticas públicas têm sido, quase sempre, fruto de grandes projetos nacionais e regionais, ignorando-se especificidades locais. É necessário, portanto, que a visão local passe a integrar, como fonte de inspiração e alvo de seus propósitos, as estratégias e políticas públicas” (1998, p. 38).

A construção de alternativas tanto para diminuir a prática das queimadas como para um desenvolvimento sustentável deve ter como uma de suas referências as experiências e os conhecimentos dos próprios povos da Amazônia. A perspectiva é de valorização dos saberes tradicionais locais, promovendo a diversidade e as trocas de modo a gerar novos conhecimentos e tecnologias e não apenas processos adaptativos de “conhecimentos estranhos”. Isso significa que as experiências e práticas locais devem ser conhecidas e ampliadas, perspectiva condizente com as trocas de experiências já em curso nesta etapa do Proteger.

A metodologia de visitas a experiências já em execução, através de caravanas, seminários, discussões, etc., é uma contribuição importante do Projeto Proteger. Apesar de todas as dificuldades — prática nova, falta de recursos para ampliar as caravanas, etc. —, essa conduta está sendo pedagógica e inovadora, abrindo perspectivas para a

²⁶ É importante salientar que qualquer proposta de sustentabilidade, não restrita apenas à dimensão da preservação ambiental, deve incluir a valorização do conhecimento local e a democracia, ou seja, as populações da região amazônica devem ser os sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

construção de alternativas sustentáveis realizadas a partir das experiências em andamento das populações locais.

As visitas de campo, seguidas de discussões — seminários para aprofundamento sobre a experiência visitada — permitem apropriações, adaptações e geração de novos conhecimentos, tendo as pessoas, tanto os visitantes como os visitados — agricultores familiares, povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos, etc — como sujeitos do processo de aprendizado, o que é fundamental para alcançar a produção sustentável na região. Essa perspectiva possibilitará trocas que resultarão na construção de alternativas viáveis à produção agropecuária baseada apenas na prática das queimadas.

3.4 Construção de parcerias entre órgãos governamentais e sociedade civil organizada

Os desafios decorrentes da gravidade da destruição ambiental em geral, e dos perigos relacionados aos incêndios florestais, em particular, exigem iniciativas para realizar trabalhos conjuntos. A constituição de parcerias somando esforços para a execução de ações de prevenção e educação ambiental é fundamental diante da gravidade do problema e das condições sociais e geográficas da região amazônica — área de abrangência, grandes distâncias, dificuldades de locomoção, diversidade de interesses, grupos e comunidades, etc.

A necessidade de colaboração e esforços conjuntos é amplamente enfatizada no contexto das questões ambientais e na busca de soluções aos problemas. Nesse sentido, Mineiro reforça a importância de que “...as diversas instituições atuem juntas na educação e prevenção e apresentem aos agricultores alternativas de preparo da terra sem o uso do fogo — prática muito difundida em todo o país” (2001, p. 17).

A implantação do Projeto Proteger, em geral, é marcada por essas parcerias estabelecidas em diversos níveis de inserção por diferentes atores. Em primeiro lugar, a rede GTA e o próprio MSTR são marcados por parcerias e colaborações entre entidades sindicais, entidades não-governamentais, grupos ambientalistas, comunidades indígenas, etc. Em outras palavras, apesar de todos os embates e disputas internas²⁷, essas organizações são frutos de articulações e parcerias, gerando processos de cooperação e colaboração cotidianos.

²⁷ Essa implantação tem auxiliado na diminuição de disputas na base entre, por exemplo, o MSTR e outras organizações no estado de Rondônia. Segundo informações, as demandas comuns decorrentes do uso indiscriminado do fogo, de um lado, e da necessidade de realizar as atividades do Proteger, de outro, têm aproximado as organizações de agricultores familiares. As ações do Proteger passam a fazer parte de uma “pauta comum”, permitindo a cooperação e a atuação conjunta das diversas entidades representativas dos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Em segundo lugar, a busca de parcerias fez e ainda faz parte da construção do próprio Proteger, de suas perspectivas e seus objetivos. Os documentos do projeto (Prodoc e Manual Operacional) apresentam claramente essa perspectiva quando afirmam que:

ao final do Projeto, espera-se um maior nível de integração e articulação de ações entre as organizações representativas dos agricultores familiares, extrativistas e indígenas e as demais organizações e instituições que atuam na prevenção de queimadas acidentais. (Prodoc, 2001, p.7)

Tais esforços estão presentes nas ações e encaminhamentos da própria coordenação nacional, a exemplo da integração e diálogo no âmbito do Programa Piloto. Há, ainda, esforços no sentido de estabelecer vínculos e trabalhos conjuntos com outros órgãos governamentais e entidades com atuação na Amazônia.

Essa orientação tem se refletido em esforços das unidades executoras, especialmente das coordenações nos estados, para envolver outras entidades e atores na execução das atividades do Proteger, inclusive com o estabelecimento de cooperação com a Embrapa, com o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e com outras entidades de assessoria, governamentais e não-governamentais.

As dificuldades, entraves, desafios e avanços estão, na verdade, relacionados com as parcerias e/ou enfrentamentos entre as entidades do Proteger e órgãos governamentais, especialmente no que se refere ao Ibama e aos projetos e subprogramas do Programa Piloto. Essa realidade reflete dificuldades históricas e, portanto, não é fruto apenas de ações equivocadas de uma ou outra organização no processo de execução do Proteger.

É preciso registrar, em primeiro lugar, uma resistência histórica dos diversos atores locais, especialmente das comunidades rurais e dos agricultores familiares, inclusive das lideranças do MSTR, em relação à atuação do Ibama. Esse órgão sempre representou a prática de uma fiscalização punitiva, baseada na aplicação de multas aos menos favorecidos. De acordo com relatos, a resistência ainda é muito presente entre as comunidades, gerando dificuldades para uma parceria mais efetiva na implementação das atividades do Proteger²⁸.

²⁸ De acordo com relatos das pessoas entrevistadas, essa resistência é bastante explícita, inclusive com casos – estado de Rondônia – em que não foi possível ter a participação de fiscais do Ibama nos cursos do Proteger. O inverso, no entanto, vem ocorrendo na região de Imperatriz (MA), onde a participação de técnicos do Ibama nos cursos do Proteger ou do Proarco vem quebrando resistências e abrindo perspectivas para uma maior interação com as populações locais, levando o órgão a focalizar também em ações educativas, e não só de fiscalização.

Essa resistência é reforçada por uma “cultura de desconfiança mútua” entre entidades populares e órgãos governamentais, o que reporta aos anos de centralismo autoritário da ditadura militar e a práticas repressivas por parte de aparelhos do Estado. Por outro lado, essa “cultura” está sendo superada por esforços e trabalhos conjuntos a partir de contatos e diálogos entre técnicos e coordenadores do Proteger. O elemento chave nesse processo tem sido a participação, apesar das resistências de ambos os lados, de técnicos do Ibama nos encontros, reuniões, seminários, puxiruns e outras atividades do Proteger.

Claramente, essas parcerias só estão sendo possíveis, em primeiro lugar, como consequência da disposição ao diálogo demonstrada por ambas as partes. Em segundo lugar, tem sido fundamental o contato direto entre os técnicos governamentais e as comunidades, o que tem exigido um esforço de mediação dos coordenadores e lideranças comunitárias. Em terceiro lugar, esses contatos têm sido baseados em propostas — por exemplo, participação em cursos e exposição sobre a legislação ambiental — e resultado em ações concretas — como novas reuniões, estabelecimento de acordos de cooperação, etc. —, tornando as parcerias visíveis para as comunidades.

A prática cotidiana de trabalho estabelece vínculos que acabam superando resistências históricas, permitindo o estabelecimento de parcerias e cooperação, como é o caso das parcerias com os órgãos executores do Programa de Gestão Ambiental Integrada - PGAI em alguns estados. Certamente, aqui também há dificuldades, mas as parcerias são parte do processo de aprendizado e de esforços comuns para superar problemas ambientais relacionados com o uso indiscriminado do fogo na região.

As Federações de Trabalhadores Rurais e o GTA estão ajudando na execução das atividades do PGAI em diversos estados. Além de complementar financeiramente o orçamento do Proteger, permitindo várias ações, as demandas e atividades dessas entidades acabam agilizando a aplicação dos recursos do PGAI, especialmente porque os estados têm baixa capacidade de execução.

Segundo depoimentos, essa parceria é um sucesso nas ações conjuntas do Proteger e do Proarco na região de Imperatriz (MA). O trabalho de mobilização e inserção social do Proteger, bem como das entidades promotoras — Centru, STRs, associações e cooperativas de trabalhadores rurais —, se transformou na base para implementação e atuação do Proarco²⁹. A parceria acontece, portanto, mediante trocas

²⁹ Todo o trabalho do Proarco, neste ano, se deu nos 13 municípios base de atuação do Proteger, por meio das reuniões municipais, cursos locais e puxiruns, utilizando a inserção social e a própria mobilização e sensibilização, frutos dos trabalhos anteriores das entidades envolvidas com o Proteger (Centru, STRs, associações e cooperativas).

dos recursos disponíveis — sociais e financeiros — e planejamento conjunto, permitindo maior eficácia na atuação.

É certo que há ainda um longo caminho a ser trilhado para que essas parcerias sejam consolidadas como um espaço real de cooperação e troca. Elas estão acontecendo, mas ainda de maneira insatisfatória. É importante salientar limites como, por exemplo, a ausência de participação das federações, das lideranças dos trabalhadores rurais e do GTA nos grupos de trabalho e nas instâncias decisórias dos PGAs. Um aprofundamento das parcerias poderia acontecer por meio de uma maior inserção e participação de lideranças populares na definição das prioridades e na consequente definição da alocação dos recursos dos PGAs, o que exigiria esforços e diálogo, tanto de técnicos governamentais nacionais como de coordenadores do Proteger, com os órgãos executores nos diversos estados.

Sem sombra de dúvidas, as parcerias e trabalhos conjuntos têm permitido avanços significativos, ampliando a abrangência e a eficácia das ações do Projeto Proteger e de outros projetos como, por exemplo, o Proarco. No entanto, elas adquirem diversas colorações e dimensões em diferentes contextos, refletindo não apenas a diversidade das organizações envolvidas, mas também das concepções. Em alguns casos, as parcerias são materializadas mediante trabalhos de colaboração, ou seja, não implicam planejamento conjunto, continuidade das ações ou compromissos futuros, mas ações pontuais.

No plano nacional, a equipe de coordenação do Proteger deve aproveitar o novo momento político para aprimorar a articulação, criando novos espaços para parcerias e colaborações. É preciso fazer articulações e contatos com outros setores, órgãos públicos, representantes estaduais — por exemplo, Secretaria da Amazônia nos estados, — pois a eficácia ou mesmo a continuidade do projeto poderá depender dessas novas parcerias, com outros projetos e atores, ampliando o raio de atuação em âmbito nacional.

O investimento em parcerias nacionais deve, no entanto, refletir sobre as ações conjuntas nos diversos estados, especialmente no estabelecimento de acordos de cooperação com órgãos e programas governamentais. As parcerias estaduais e regionais não devem ficar restritas aos esforços locais ou à “boa vontade” de alguns agentes, mas é preciso estabelecer mecanismos que facilitem o trabalho conjunto, criando reais possibilidades de cooperação no enfrentamento de problemas sócio-ambientais na região.

3.5 Organização e disseminação de “puxiruns ambientais”

A iniciativa de transformar a antiga concepção de “brigadas comunitárias”³⁰, presente na primeira fase do projeto, em “puxiruns ambientais” é bastante positiva, especialmente porque resgata aspectos culturais e iniciativas autóctones³¹. Diferente da lógica de uma “brigada”, ou seja, de um grupo de pessoas mobilizados e treinados para combater caso haja um incêndio, essa proposta amplia o trabalho atendendo às necessidades de educação e prevenção. Os puxiruns visam não o combate, mas a prevenção dos incêndios por meio da mobilização comunitária, dos trabalhos ambientais conjuntos e da disseminação de técnicas alternativas ao uso do fogo. Esse é um aspecto fundamental da proposta em discussão, transformando os grupos e comunidades organizadas em agentes ativos na prevenção.

De acordo com os documentos do Proteger, o objetivo dos puxiruns ambientais é:

formar grupos comunitários voluntários, mobilizados para o trabalho coletivo, educação ambiental, difusão de conhecimentos e técnicas sobre produção sem fogo e prevenção e controle do fogo em âmbito comunitário (Relatório de Progresso, 2001).

Apesar do estabelecimento desses objetivos que diferenciam o puxirum da “brigada”, o treinamento prático oferecido³² e a distribuição de equipamentos de combate a incêndios — bombas costais, abafadores, luvas de couro, máscaras, entre outros — acabam confundindo papéis. Por outro lado, são justamente esses dois itens, associados à percepção dos perigos dos incêndios, que dão materialidade inicial ao puxirum, ou seja, as pessoas se organizam por meio de um curso para usar determinados equipamentos. Na seqüência, o sucesso do puxirum está diretamente vinculado à

³⁰ Salvo engano, esse conceito foi incluído na primeira fase do Proteger como uma “proposta externa”, a partir da lógica de organização existente (brigadas de bombeiros) e das necessidades de combater possíveis incêndios florestais. O adjetivo “comunitária” foi colocado como uma forma de distinguir essas “brigadas” de outras formas de organização, dando legitimidade a uma atuação preventiva, mas o termo (e sua lógica) é um “contrabando” no cotidiano das entidades e organizações envolvidas com o Proteger.

³¹ Essa perspectiva é muito importante, mas é também uma tarefa difícil, inclusive porque o termo revela a diversidade discursiva das populações locais. Há uma diversidade conceitual – que certamente revela também práticas culturais diversas – em torno de “puxirum” porque também é denominado de “jari” (no estado de Roraima), “mutirão” (no Maranhão, bem como em grande parte do país) e “adjunto” (estado do Acre).

³² De acordo com Pimentel, esse “treinamento prático é a simulação de uma queimada comunitária realizada pelos agricultores sob a orientação dos bombeiros. (...) A participação dos jovens no treinamento para

capacidade do grupo de planejar e executar determinadas ações, estabelecendo objetivos claros e metas executáveis.³³

Claramente, o simbolismo do puxirum é bem aceito e está completamente assimilado pelos diferentes atores envolvidos no processo de implementação do Projeto Proteger. Há uma rápida assimilação do termo, resultado de uma identificação com o contexto e de uma releitura de um aspecto significativo da cultura local. É visível, no entanto, o uso do conceito com, pelo menos, duas concepções bastante distintas entre si.

Várias falas deixam claro que o entendimento do puxirum é de um evento — encontro, curso ou seminário — único e isolado. Seguindo bastante de perto a concepção cultural regional, o puxirum é entendido como um esforço coletivo, sem liderança, sem qualquer organicidade, apenas baseado na cultura da solidariedade e da “relação de parentesco”, feito para cumprir uma determinada tarefa.

Outras falas procuram superar, conscientemente ou não, essa perspectiva enfatizando o puxirum como a formação de um grupo com uma atuação continuada. O puxirum não se resume, portanto, a um esforço conjunto para executar uma determinada tarefa, mas refere-se a um grupo mobilizado, responsável por diversas atividades. Não é uma simples “repetição” da concepção das “brigadas comunitárias”, mas não difere muito delas, utilizando outra terminologia mais apropriada ao contexto cultural das populações e suas organizações.

As definições dos documentos atendem bem aos objetivos do Proteger, especialmente a busca de uma mobilização mais permanente, voltada para a prevenção dos incêndios florestais. O problema, no entanto, é que essa “releitura” deverá exigir um esforço extra para adequar a prática cultural, passando daquela que se refere a um “esforço conjunto para executar uma tarefa específica” para outra, baseada na noção de um grupo organizado que demanda algum tipo de organicidade e mesmo de institucionalidade.

Na verdade, esse não é o principal problema relacionado com a proposta dos puxiruns. Certamente, há a necessidade de “releituras” ou adaptações, distanciando a proposta das práticas correntes, mas a dificuldade está na continuidade dos grupos organizados. Atualmente, a concepção e a proposta do Proteger se resumem à formação

³³ Os puxiruns são organizados após a realização dos cursos locais. O (a) monitor(a) seleciona uma das comunidades envolvidas e articula suas lideranças. Na seqüência, esse monitor(a) realiza um ou dois encontros (reunião ou seminário) e discute objetivos e metas do puxirum com as pessoas selecionadas. A proximidade social, associada ao estabelecimento de metas exequíveis, é fundamental para o andamento e o sucesso dessa iniciativa.

e à capacitação — um curso de treinamento — do puxirum, não havendo, depois disso, qualquer previsão de acompanhamento ou assessoria — para os quais, aliás, não se dispõe de recursos humanos ou financeiros.

A organização desses grupos comunitários é extremamente positiva e está gerando ações ambientais importantes como, por exemplo, a luta para recuperar matas ciliares, a criação de horto florestal, os reflorestamentos comunitários, a criação e a manutenção de viveiros de mudas, etc. (cf. Pimentel, 2002). Justamente essas ações e iniciativas estão exigindo acompanhamento, assessoria técnica, e mesmo um mínimo de organização.

De acordo com Pimentel, “de uma maneira geral, todos os grupos precisam de um acompanhamento mais próximo tanto dos monitores como da coordenação estadual para ajudar nos encaminhamentos das demandas” (2002, p.10). Os puxiruns já estão gerando novas demandas, especialmente para executar as suas propostas. Portanto, é fundamental prever, no Projeto Proteger, recursos humanos, financeiros e técnicos para esse tipo de trabalho e assistência.

Por outro lado, a formação dos puxiruns tem gerado experiências ricas como, por exemplo, a constituição de um processo de “negociação”. Além de desenvolver atividades de educação ambiental e prevenção, os grupos organizados passam a intermediar problemas ambientais nas comunidades, buscando formas e alternativas para resolver dificuldades geradas por práticas irregulares de queimadas, por exemplo. No entanto, são justamente essas experiências positivas que estão gerando novas demandas, para as quais não há qualquer tipo de acompanhamento.³⁴

Há disponibilidade das comunidades e de suas lideranças para investir na educação e na prevenção e isso deve ser bem aproveitado. Há recurso disponível (capital humano) capaz de responder favoravelmente à proposta, mas é fundamental, em primeiro lugar, converter essas organizações comunitárias em ações concretas, com a formulação de propostas e de metas exequíveis. Em segundo lugar, é importante criar mecanismos — tais como cursos de formação, prestação de serviços de assistência técnica, acompanhamento organizativo, entre outros — para atender às novas demandas desses grupos. Somente assim, a organização de puxiruns será eficaz na construção de alternativas sustentáveis na Amazônia.

³⁴ É importante observar que o estabelecimento de parcerias não é uma solução viável para atender essas demandas, pelo menos em um primeiro momento de atuação dos puxiruns. É necessário construir uma proposta de acompanhamento sistemático (assistência técnica) desses grupos, gerando uma prática comunitária capaz de ser eficiente na prevenção de incêndios e na implementação de alternativas de produção.

3.6 Busca de alternativas para uma “produção sem fogo”

A segunda etapa do Projeto Proteger traz inovações importantes, demonstrando um amadurecimento da proposta de prevenção dos incêndios florestais na Amazônia. De acordo com o Manual Operacional, o projeto:

optou pelo desencadeamento de um processo educativo que objetiva estimular a adoção de técnicas mais seguras na realização de queimadas controladas e a divulgação de experiências promissoras de cultivo sem fogo. (Manual, 2002, p. 7).

A preocupação com a divulgação de alternativas sustentáveis de produção é um avanço importante na implementação do Proteger. O componente de “produção sem uso do fogo” atende uma demanda urgente da região. Segundo Cochrane:

é necessário e urgente, portanto, substituir as práticas tradicionais de exploração madeireira na Amazônia por técnicas de menor impacto no equilíbrio ambiental. Outra medida fundamental para evitar o pior cenário é a adoção de técnicas de prevenção e controle de queimadas acidentais por parte de agricultores e pecuaristas (2000, p. 31).

Nesse processo, é importante, primeiro, o mapeamento de experiências alternativas que tenham alcançado êxito. Em segundo lugar, a possibilidade de troca entre os segmentos interessados mediante a organização das visitas de campo. Em terceiro, a assimilação das experiências por meio do seminário de aprofundamento, com a presença de visitantes e visitados, o que permite “digerir” as informações obtidas e produzir novos conhecimentos.

Acertadamente, o Proteger busca opções diante dos atuais processos produtivos predatórios nas práticas alternativas já existentes, procurando valorizar os conhecimentos produzidos pelas próprias populações locais em convivência com o seu meio ambiente. Essas experiências, entretanto, não são automaticamente aplicáveis em toda a região e não resolvem todos os problemas relacionados ao uso do fogo nas atividades agropecuárias e extrativas.

É fundamental entender, no entanto, que não há saídas simples para a histórica prática de derrubada e uso de queimadas para tornar viáveis as atividades agropecuárias. Segundo Cochrane:

não há saídas rápidas ou simples para o problema das queimadas na Amazônia. A solução requer a combinação de iniciativas educacionais, legislativas e econômicas, assim como um melhor monitoramento dos incêndios florestais, com a participação organizada da comunidade (2000, p. 31).

Nesse sentido, o Proteger apresenta um desafio que é muito mais amplo que a abrangência e a capacidade do próprio projeto — no que concerne à disponibilidade de recursos disponíveis e à capacidade operacional — e das entidades e organizações envolvidas. A busca de alternativas de produção deve ser feita pela conjugação de esforços, inclusive com a participação política e a formulação de propostas, a serem executadas pelo Estado, para um verdadeiro desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Por outro lado, as alternativas não estão localizadas apenas nas práticas das populações locais, pois há vários organismos envolvidos em pesquisas de novas tecnologias. De acordo com Mineiro, a Embrapa “já vem desenvolvendo alternativas práticas para eliminação do uso do fogo no preparo do terreno em algumas culturas agrícolas” (2001, p. 17). Essas técnicas devem ser incorporadas às práticas já existentes, reforçando ou ampliando as alternativas de produção sem fogo.

Apesar disso, é fundamental ampliar as trocas de experiências, por meio das caravanas, o que permitirá um processo de aprendizado conjunto, além de valorizar as iniciativas e permitir uma apropriação dos conhecimentos, gerando releituras e possibilidades de aplicação em outros contextos. Mais do que uma lição, no entanto, a busca de alternativas se constitui em um grande desafio para o Projeto Proteger, como veremos abaixo.





4 PRINCIPAIS PROBLEMAS E DESAFIOS

É importante observar que, ao sistematizar as lições do Projeto Proteger, várias dificuldades, problemas e desafios já foram abordados. Este capítulo tem como objetivo retomar os desafios mais importantes, acrescidos de alguns que não foram tratados acima, como, por exemplo, os problemas e desafios de ordem gerencial ou administrativa.

4.1 Desafios de continuidade e ampliação dos trabalhos

Em primeiro lugar, as pessoas enfatizaram a importância do Proteger e a necessidade de continuar implementando um projeto dessa natureza, especialmente para não perder a mobilização e as iniciativas já em curso.

Em segundo lugar, várias pessoas enfatizaram a necessidade de ampliar essa iniciativa, aumentando a escala ou a abrangência geográfica e social dos trabalhos. As demandas e problemas ambientais realmente exigem uma ampliação de atores — não só as comunidades rurais, mas também as comunidades indígenas, por exemplo³⁵ — e das ações (mobilização massiva). O objetivo dessa ampliação seria provocar mudanças com impactos significativos nas práticas produtivas agropecuárias e extrativas, diminuindo os riscos de incêndios florestais e o emprego de queimadas descontroladas.

São considerações e desafios importantes. No entanto, há também o desafio da sustentação financeira. Segundo algumas pessoas, um projeto como o Proteger, apesar de extremamente necessário, não se sustenta financeiramente em longo prazo. É fundamental, contudo, manter a perspectiva de que a preservação ambiental é uma necessidade que exige recursos, sejam eles públicos ou oriundos de apoio externo.

Uma forma de garantir a continuidade do Proteger seria a transformação de suas propostas em uma política pública governamental. O momento político — inclusive pelo fato de que a titular do Ministério do Meio Ambiente é oriunda da Amazônia — é oportuno para negociar com setores governamentais.

³⁵ Conforme mencionado anteriormente, a necessidade de mobilizar outros setores sociais, como grandes proprietários de terras e madeireiros e suas organizações, não deve ser uma preocupação ou desafio do Proteger e de suas organizações, mas deve ser pensada a partir de outras iniciativas, como o próprio Proarco.

Outro caminho para dar continuidade ao trabalho de mobilização realizado pelo Proteger seria incorpora-lo a outras iniciativas governamentais em curso, como o Proarco, ou como sub-componente do Proambiente, do Pronaf ou do FNO especial³⁶.

4.2 Descentralização, comunicação e gerenciamento dos recursos

Processos de descentralização e de ampliação da cooperação e abrangência dos trabalhos trazem novas demandas como, por exemplo, a necessidade de estabelecer canais ágeis de comunicação — disseminação e troca de informações — entre as diversas partes e instâncias envolvidas. É necessário aprimorar os mecanismos já existentes — as avaliações da Folha Proteger são bastante positivas — e criar novos canais, de modo a possibilitar a comunicação entre as diversas instâncias, dentro de um processo crescente de descentralização.³⁷

A descentralização certamente implicará também em mudanças nos processos de decisão, o que exigirá a criação de mecanismos ágeis de gerenciamento e administração. Isso significa mais do que a melhoria dos fluxos de informação e o estabelecimento de bons canais de comunicação, pois implica a criação de espaços de participação na tomada de decisão por parte de outros atores envolvidos, um importante desafio para o futuro do projeto.

Sem sombra de dúvidas, o significativo sucesso do Projeto Proteger é resultado da capacidade de mobilização social das entidades envolvidas. Essa capacidade deve ser ampliada mediante esforços de cooperação, abrindo inclusive canais para a comunicação e o gerenciamento conjunto dos diversos recursos do Proteger e de outros projetos, a exemplo dos PGAs e Proarco.

Apesar de não ter aparecido como uma dificuldade ou um problema nos estados, algumas pessoas expressaram preocupações em relação à administração e ao gerenciamento dos recursos. Segundo elas, é fundamental que o Proteger desenvolva atividades de capacitação das entidades e das lideranças para uma execução eficiente dos orçamentos previstos à qual corresponda uma correta prestação de contas. Nesse

³⁶ O Proambiente – programa de financiamento voltado para atividades sustentáveis na região amazônica –, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Fundo Constitucional do Norte (FNO) são programas de financiamento de atividades agropecuárias e extrativas que poderiam incorporar os objetivos do Proteger e financiar atividades de sensibilização ambiental visando diminuir os riscos de incêndios na Amazônia.

³⁷ A “descentralização” não deve ser buscada ou afirmada como um “valor em si mesma”, como uma ação capaz de resolver todos os problemas ou de dar maior eficácia a um determinado projeto. Deve ser, no entanto, reflexo de um processo crescente de ampliação do raio de atuação, tanto com a participação de novos atores, como com a criação de novas áreas de trabalho, que determinará também o ritmo dessa descentralização.

sentido, seria necessário um curso de capacitação gerencial, abordando o tema de como executar e administrar um projeto.

No entanto, não há recursos disponíveis para a capacitação das entidades e suas lideranças em desenvolvimento institucional, incluindo práticas de gerenciamento, administração, captação de recursos, prestação de contas etc. Tal capacitação deve ser contemplada na continuidade do Projeto Proteger.

4.3 A construção de alternativas para uma “produção sem fogo”

Certamente, o maior desafio da segunda fase do Proteger será formular, sistematizar e disseminar alternativas de produção sustentável, capazes de diminuir (e eliminar?) a prática de queimadas. O uso do fogo nas atividades agropecuárias e extrativas deve ser acompanhado de mecanismos preventivos capazes de diminuir os riscos de incêndios florestais na Amazônia.³⁸

Conforme mencionado acima, as transformações necessárias em direção a um desenvolvimento sustentável são difíceis e as soluções para o perigo dos incêndios florestais demandam tempo e recursos. O desafio do Proteger não se resume, portanto, à formulação e à viabilização econômica de algumas práticas produtivas sustentáveis, especialmente porque o problema não se reduz à criação de algumas técnicas alternativas.

Em primeiro lugar, a problemática do uso do fogo está inserida em um contexto mais amplo que inclui, entre outras dificuldades, as formulações e as implementações de políticas públicas na região. De acordo com Gilney Viana, há um processo em curso de degradação e destruição ambientais, provocado por políticas governamentais que não tomam em consideração a dimensão sócio-ambiental, inclusive fora da região, mas com impactos profundos sobre a Amazônia. Segundo ele:

a agricultura moderna expulsaria a pecuária do cerrado para a zona de transição e de floresta; e, juntas a agricultura moderna e a pecuária atrasada expulsariam a agricultura de subsistência incentivada pelo governo (reforma agrária) ou não (ocupação) cada vez mais para o interior da Floresta Amazônica – criando um ciclo ampliado de impactos ambientais que, em 1997-1998, este autor

³⁸ É necessário observar que existe uma diferença bastante acentuada entre a perspectiva de se verificar “uma redução expressiva na ocorrência de incêndios florestais (queimadas descontroladas)”, conforme explicita o Prodoc (p. 7), e a busca da “produção sem fogo”. Esta última formulação corre sempre o risco de estabelecer uma relação entre o uso do fogo e práticas produtivas insustentáveis na Amazônia.

estimou em 6 milhões de hectares/ano de destruição (desmatamento, fragmentação, exploração madeireira depredatória e incêndios) (2001, p. 286).

Em segundo lugar, as técnicas devem ter componentes ambientais, mas também financeiros, ou seja, devem ser economicamente viáveis. De acordo com Mineiro:

um proprietário somente investirá em prevenção, se o investimento gerar benefícios adicionais, que são ainda pequenos, se levado em conta o cenário agrícola da região, ainda de abundância de terra barata e de uma produção extensiva de baixo retorno financeiro (2001, p. 19).

Nesse sentido, iniciativas visando as populações de baixa renda, como o Proambiente, são fundamentais e precisam ser formuladas em sintonia com os atuais esforços para diminuir a ação do fogo na região. É importante associar os trabalhos de educação ambiental com ações voltadas para a reivindicação e a formulação de políticas públicas capazes de combinar preservação ambiental com justiça social, ou seja, capazes de gerar renda para as populações pobres.

Em terceiro lugar, muitas técnicas de produção sem fogo não estão disponíveis para a esmagadora maioria da população rural. A busca de iniciativas locais já em prática é um importante ponto de partida, mas é preciso estabelecer parcerias com entidades de pesquisa, a exemplo da própria Embrapa, na formulação de tecnologias alternativas.³⁹ Além disso, é preciso uma ação política que reivindique investimentos públicos, na forma de recursos para pesquisa, para a produção dessas tecnologias.

Além da geração de novas tecnologias, também é fundamental reivindicar investimentos públicos em trabalhos de assistência técnica e extensão rural, capazes de promover a disseminação das técnicas na região. Assim como na área de pesquisa, a redução da máquina do Estado tem levado a cortes sistemáticos de recursos que ocasionam um verdadeiro desmonte dos órgãos públicos de assistência técnica. Sem esse tipo de serviço, no entanto, não há condições de disseminar conhecimentos para a produção sem fogo na região amazônica.

Certamente, esses desafios transcendem o estabelecimento de mecanismos de intercâmbio entre as populações da Amazônia, e é a combinação de uma série de esforços que permitirá a construção de sistemas de produção agropecuária e extrativa que dispensem o uso das queimadas.

³⁹ É necessário ter claro que a busca de parceria também se constitui em um processo político, especialmente porque, historicamente, entidades públicas de pesquisa, a exemplo da própria Embrapa, nunca tiveram claros objetivos socioambientais, conferindo prioridade ao desenvolvimento de tecnologias no bojo da assim chamada "Revolução Verde" – produção baseada no uso intensivo de insumos químicos e máquinas.

4.4 Construir indicadores para medir impactos do Proteger?

Como qualquer projeto ou atividade que envolve recursos financeiros e humanos, um dos desafios do Proteger é o estabelecimento de indicadores para medir a sua eficácia. No caso do Proteger, as dificuldades não estão em como medir resultados — no sentido de avaliar o cumprimento de metas estabelecidas —, mas em como mensurar seus impactos.⁴⁰

Segundo o Relatório da Missão de Supervisão, os indicadores de impacto do Proteger são: “a) redução de ocorrência de fogo causado por pequenos produtores nas áreas de atuação do projeto; e b) adoção de práticas agrícolas alternativas que não utilizem o fogo” (2002, p. 7).⁴¹

Tais “indicadores” estão de acordo com o objetivo maior do Projeto Proteger, que é reduzir ou mesmo eliminar a prática de queimadas na região como uma forma para prevenir os incêndios florestais. Para tanto, o projeto procura contribuir com uma “nova consciência” das populações locais nas suas relações com o meio ambiente. Esse objetivo, no entanto, não será alcançado apenas por meio das ações e atividades previstas no Proteger, mas deverá ser consequência de fatores mais amplos, inclusive de ações governamentais de prevenção e fiscalização e de outros trabalhos de educação ambiental.

Nesse sentido, a solução para o problema das queimadas e os perigos de incêndios florestais não se restringe à capacidade de articulação das comunidades e suas lideranças nem da ampliação da atuação do Projeto Proteger. Há um contexto social, econômico, cultural e político envolvendo forças muito mais amplas que as organizações envolvidas nas ações do projeto, que determinam — ou limitam — os possíveis impactos do Proteger.

O baixo nível de atuação ou intervenção estatal, por exemplo, ao omitir-se ou ao deixar de formular políticas públicas sócio-ambientais sustentáveis para a região, está entre os condicionantes de um maior ou menor impacto das atividades de prevenção do Proteger. De acordo com Acsegrad, “podemos certamente encontrar as marcas dessa desregulação na ausência de políticas de prevenção aos incêndios florestais de Roraima

⁴⁰ Essa distinção conceitual é feita considerando que medir resultados exige mecanismos que permitam avaliar a execução das atividades propostas e as metas estabelecidas. Impactos, no entanto, transcendem o âmbito desses resultados, pois são efeitos diretamente vinculados aos objetivos gerais do trabalho como, por exemplo, o nível de conscientização das pessoas com a consequente mudança nas práticas das queimadas, evitando provocar incêndios florestais.

⁴¹ Esses indicadores – a sua mensuração deve considerar outros fatores como, por exemplo, as condições climáticas de cada estação de seca – reduzem significativamente os objetivos, metas e perspectivas do Proteger porque se concentram apenas no eixo da “produção sem fogo”. Mantidos esses indicadores, os outros dois eixos, de educação ambiental e mobilização social, ficam completamente fora das avaliações do projeto.

– vinculados ao livre curso que foi dado aos grandes interesses pecuaristas e especulativos na região amazônica...” (2001, p. 86).⁴²

O estabelecimento de mecanismos de avaliação de impactos do Proteger deve levar em conta esse contexto maior e a combinação de outros fatores e programas.⁴³ O perigo de incêndios e as queimadas envolvem fatores climáticos — como, por exemplo, a repetição do fenômeno *El Niño*, em 2002 —, fatores econômicos — preços e custos de produção que influenciam práticas agropecuárias — ou mesmo a ação de outros atores — o público do projeto não é o único nem o principal responsável pelo uso do fogo.

Sobre as responsabilidades pelas queimadas e aumento dos riscos de incêndios, Leroy menciona outros agentes que têm causado grandes problemas ambientais na Amazônia. Segundo ele:

as empresas madeireiras passam a ocupar um papel preponderante no processo de destruição florestal, no lugar dos grandes projetos agropecuários financiados com incentivos fiscais no passado. E a expansão da soja para a região já está dando sinais de que vai dar a sua contribuição (2001, p. 332).

Por outro lado, a diminuição de incêndios florestais não necessariamente significa a diminuição das queimadas. O inverso também é verdadeiro, pois o uso indiscriminado de apenas um agente pode provocar danos que muitos agricultores familiares evitam com a utilização de técnicas de queimada controlada.

Apesar da complexidade do problema, alguns agentes envolvidos afirmam que o Proteger tem causado impactos significativos, diminuindo a incidência de queimadas e focos de calor na região. No Maranhão, por exemplo, os representantes do Corpo de Bombeiros fazem esse tipo de afirmação tomando como base a diminuição das chamadas para controlar incêndios registradas em 2001. Segundo eles, naquele ano houve apenas dois casos de incêndios florestais, enquanto que, nos anos anteriores, as chamadas na região de Imperatriz contavam-se às dezenas.

O mesmo foi dito pelo representante do Ibama, ao afirmar que, além da diminuição dos incêndios, houve uma sensível redução das ocorrências registradas

⁴² Segundo o autor, o Estado brasileiro – governado por idéias neoliberais – tem sido marcado pela ausência de medidas preventivas nas diferentes áreas sociais e ambientais, revelando um “... ‘declínio das políticas públicas’, em que propostas que se pretendem regulatórias, como as da Agenda 21, são inviabilizadas por um processo que poderíamos chamar de ‘despolitização das práticas de governo’...” (Acselrad, 2001, p. 86).

⁴³ Acselrad afirma que “do mesmo modo como vemos se perfilarem, ante os olhos desalentados dos brasileiros, os tipos degradados de saúde e educação que o mercado pode nos oferecer, as secas e queimadas de 1998 nos ofereceram os sinais muito claros da política ambiental que o mercado dita” (2001, p. 87).

pelo órgão no último ano. Apontou ainda outros indicadores dos impactos do Proteger, como a diminuição dos focos de calor — a região teve apenas alerta verde no período da última estiagem —, a redução dos níveis de fumaça na cidade e dos internamentos hospitalares por problemas respiratórios.

Apesar dessas excelentes notícias, os impactos do Proteger na redução do problema na região de Imperatriz foram constatados apenas por observações e aproximações, sem qualquer estudo ou base real sobre as causas dessa diminuição. Por outro lado, os impactos do Proteger não podem se resumir a esse tipo de realidade — o que fatalmente decretaria a “ineficácia” de suas ações.

Certamente, a complexidade do problema não deve se constituir em uma desculpa para esforços no sentido de avaliar os impactos do Proteger, além da execução de suas metas. O desafio de estabelecer mecanismos para essa avaliação, no entanto, deve ser enfrentado tomando em conta o contexto mais amplo, combinando fatores internos e externos — muitos destes últimos estão além da governabilidade das entidades e organizações envolvidas com o Proteger.

4.5 Como ampliar a atuação sem perder o foco?

Conforme vimos acima, a problemática das queimadas, associada com as dimensões geográficas e os problemas sociais da região amazônica, exige a ampliação da atuação do Projeto Proteger.⁴⁴ Essa demanda por disseminação não se restringe às dimensões geográficas (locais de atuação) e sociais (novos públicos), mas incluem a busca de alternativas associando a outras questões ambientais, como, por exemplo, o problema das derrubadas e da extração predatória de madeira, os impactos da ampliação das lavouras de soja na região etc.

Na verdade, o Projeto Proteger tem funcionado entre as organizações envolvidas como uma espécie de “despertador” para problemas ambientais. À medida que as atividades são executadas, surgem novas demandas e possibilidades de atuação — novos temas e desafios, novos campos de trabalho etc. —, ampliando o raio de atuação das entidades e organizações envolvidas.⁴⁵

⁴⁴ Apesar da grande abrangência e da metodologia adotada, o Proteger não é um projeto massificador porque, por exemplo, o número de monitores e monitoras é pequeno em relação a quantidade de municípios, bem como a sua atuação atinge pequena parcela de comunidades e agricultores familiares em relação ao número total do público que seria alvo em potencial deste tipo de trabalho.

⁴⁵ Através das visitas de campo e dos depoimentos foi possível perceber uma infinidade de outras ações ambientais envolvendo as organizações e mesmo os grupos (puxiruns) formados a partir do Proteger como, por exemplo, envolvimento com a recuperação de matas ciliares, cursos de produção sem agrotóxicos, criação de reserva florestal com participação das populações locais, coleta e troca de lixo por livros, horta comunitária agroecológica, etc.

Certamente, esse é um resultado importante do Proteger, mas traz consigo outros desafios, inclusive um certo perigo de “desfocar” os objetivos do projeto: existe risco de que o envolvimento com outros temas ambientais possa levar ao “abandono” da questão específica relacionada com as queimadas. É preciso ter consciência dessa possibilidade para evitar a pulverização das ações, que poderia retirar do centro das atenções o problema do uso indiscriminado do fogo na região amazônica e os riscos a ele relacionados.

4.6 Transformar o Proteger em política pública de desenvolvimento sustentável

Entre todos os desafios futuros, o mais significativo, sem sombra de dúvidas, deve ser a luta para transformar o próprio Proteger — e toda a lógica que o sustenta — em uma política pública, não apenas ambiental, mas uma política governamental global de desenvolvimento sustentável para a região. A prevenção dos incêndios mediante o controle rígido do uso do fogo deve ser uma política pública, mais ampla que uma política ambiental, perpassando as diversas ações e programas governamentais.

Além de transformar o Proteger em uma política pública ambiental — o que certamente garantiria a continuidade da iniciativa, inclusive com o aporte de recursos orçamentários —, é fundamental que ele seja incorporado pelo conjunto dos agentes governamentais na região.⁴⁶ Não deve ser uma iniciativa e um trabalho apenas do Ibama, mas deve ser incorporado como um componente dos demais órgãos como, por exemplo, dos trabalhos e ações do Inbra, do MDA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

Como ação ambiental, o Proteger abre possibilidades para a implementação de políticas de educação e conscientização, em uma perspectiva diferente dos investimentos atuais em fiscalização e combate aos incêndios florestais na região. Um dos desafios atuais é justamente gerar políticas de prevenção que não dependam tanto da fiscalização, evitando incêndios através de um redirecionamento no investimento dos recursos:

Algumas experiências-piloto têm demonstrado que é possível capacitar comunidades de agricultores de modo a criar um

⁴⁶ Entre tantos problemas, há perigos decorrentes de uma falta de capacidade de fazer valer regulações ambientais no contexto institucional incerto que tem caracterizado o processo de privatização do Estado brasileiro. “É nulo, por outro lado, o poder dos órgãos ambientais sobre os seguidos pacotes agrícolas modernizantes e repletos de implicações sobre o meio ambiente. Na verdade, a fragmentação e a pulverização das instâncias de decisão da política ambiental exprimem o fato de que a questão ambiental não é ainda uma questão de Estado no Brasil” (Acsegrad, 2001, p. 87).

autocontrole no uso do fogo e de propiciar a execução conjunta e programas de prevenção de incêndios florestais (Mineiro, 2001, p. 19).

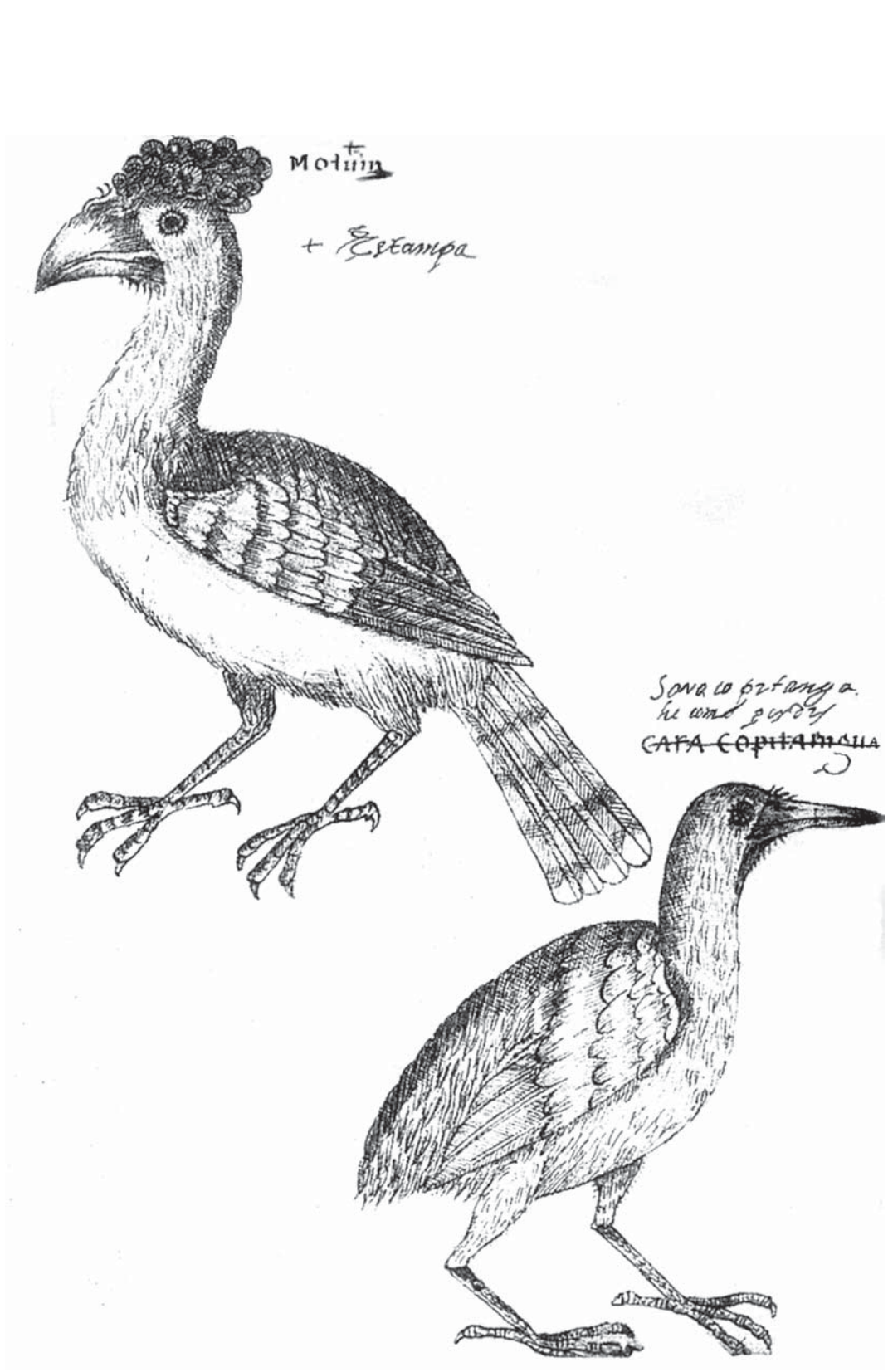
Além disso, o Proteger, bem como as demais propostas e programas voltados para a diminuição do uso do fogo na Amazônia, não pode ficar restrito a uma iniciativa ambiental, vinculada apenas aos órgãos públicos diretamente responsáveis pela preservação. É preciso lutar para ampliar seu escopo, tornando-o uma política ampla para a região, ao fazer com que outros órgãos assumam parte da responsabilidade pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias e extrativas sem o uso do fogo.

Esse é um importante desafio para as organizações envolvidas com o Proteger, ou seja, transformar uma iniciativa “localizada” em uma ampla política pública para toda a Amazônia. O objetivo, então, é fazer generalizar o Proteger:

por intermédio de propostas, formas organizativas, meios de mobilização e luta, generalizando o localismo das reivindicações e forçando o Estado a uma negociação global baseada em princípios gerais que orientam as políticas públicas. Universalizam-se assim as lutas localizadas, tratando-se os aparatos do Estado em bloco, tendo-se em vista o conjunto dos centros de poder (Acselrad, 2001, p. 89).

Tal desafio deve ser enfrentado tomando em conta o novo contexto político nacional, inclusive com a presença de importantes lideranças da Amazônia em cargos de alto escalão (ministros e secretários) do Governo Federal. Os objetivos e metas do Proteger devem ser colocados em um contexto mais amplo de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região.





5 RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste capítulo é simplesmente sistematizar e priorizar — já que muitas recomendações foram explicitadas ao longo da discussão de lições (capítulo 3) e desafios (capítulo 4) algumas sugestões de encaminhamentos. Este capítulo deve ser entendido apenas como um exercício do autor para identificar algumas ações de modo a auxiliar no processo de reformulação e renovação do projeto financeiro, enfatizando a importância da continuidade do Proteger.

5.1 Superar o caráter emergencial do projeto

O Projeto Proteger deve superar o caráter emergencial, no qual ele foi inicialmente concebido e implementado. As ações e atividades devem priorizar processos, de médio e longo prazo, de educação ambiental, capazes de provocar mudanças nos valores culturais da população amazônica. Isso significa maiores investimentos — recursos financeiros e humanos, tempo, etc. — na capacitação de monitoras e monitores e na conscientização de lideranças comunitárias e sindicais.

A manutenção dos três eixos de ação do Proteger — educação ambiental, mobilização social e a busca de alternativas sustentáveis de desenvolvimento — deve provocar alterações na concepção e implantação do projeto como, por exemplo, mudanças na metodologia de formação e capacitação — de monitores, de lideranças e das comunidades. Para tanto, entre outras mudanças, seria necessário:

Quadro 4

Recomendações: algumas mudanças necessárias

- construir um projeto com recursos (financeiros e humanos) para vários anos;
- realizar um planejamento das ações e metas para, pelo menos, três anos;
- estabelecer um planejamento de ações continuadas, especialmente em relação ao acompanhamento à organização comunitária, incluindo a destinação de recursos para a assistência técnica aos puxiruns ambientais;
- estabelecer um processo de formação mais permanente de um grupo de monitores e monitoras (cursos de capacitação em diversas etapas, conteúdo e material didático voltados para a sustentabilidade ambiental etc);

- estabelecer um cronograma de cursos locais em mais de uma etapa (utilizando material didático de suporte aos monitores e monitoras);
- ampliar a iniciativa das visitas de campo, incluindo além da realização de seminário, a realização de pesquisas e a publicação de relatórios e estudos de casos sobre experiências alternativas existentes.

Todas estas propostas de mudanças, aprofundamento e priorização de certas ações estão voltadas para uma educação ambiental que combina formação e ação. A mobilização e as práticas sociais do Projeto Proteger devem estar baseadas nessa combinação, conduzindo a práticas produtivas sustentáveis na região amazônica.

5.2 Manter o foco no segmento social da produção familiar

Apesar da crescente demanda, relacionada à problemática do uso do fogo e aos riscos de incêndios florestais, o Projeto Proteger deve manter o segmento de produção familiar — ribeirinhos, trabalhadores rurais, extrativistas, agricultores familiares, quebradeiras de coco, comunidades indígenas etc. — como o público-alvo do trabalho.

É fundamental manter a identificação do Proteger com o segmento social familiar, porque foi uma das principais causas do sucesso do trabalho de mobilização das comunidades para evitar incêndios florestais. Essa identificação mobilizou as lideranças sindicais e comunitárias, fazendo com que as populações locais se tornassem protagonistas das iniciativas de prevenção e controle das queimadas na região.

Outras iniciativas, especialmente o Proarco, mas também o Prevfogo — ambas conduzidas pelo Ibama —, devem voltar esforços para a mobilização e a sensibilização de outros segmentos sociais, principalmente os grandes proprietários de terras e os madeireiros e suas organizações.

A ampliação do raio de ação do Proteger deve acontecer com a ampliação territorial e geográfica — municípios e comunidades ainda não alcançadas pelo projeto —, e também social, por meio de um maior envolvimento das organizações indígenas e de outros segmentos familiares.

5.3 Rever a relação entre a sustentabilidade e a prática das queimadas

Conforme mencionado ao longo do estudo, a continuidade das ações do Projeto Proteger deve incluir uma discussão sobre a meta de diminuir os riscos de incêndios florestais por meio da utilização mais racional das queimadas e a perspectiva de uma “produção sem fogo”.

É fundamental associar as práticas preventivas com a busca de alternativas ao uso do fogo — pesquisas, trocas de experiências, desenvolvimento de novas técnicas de produção, etc. Tais alternativas — inclusive a adoção de mecanismos de sistematização e disseminação de técnicas de produção sustentável — não devem ser entendidas como uma oposição direta à prática de queimadas na região.

A perspectiva central do Proteger deve ser a diminuição dos riscos de incêndios florestais mediante a disseminação e a adoção de técnicas e mecanismos mais seguros de uso do fogo, inclusive as queimas comunitárias, o que é bastante diferente de uma “produção sem fogo”. Ademais, a utilização de queimadas pelos segmentos familiares não é sinal de insustentabilidade ambiental, desde que realizada de uma forma segura e controlada.

5.4 Busca de novos espaços para parcerias nacionais e estaduais

O momento político nacional é bastante propício para a retomada de esforços no sentido de estabelecer parcerias com outros órgãos federais. Esses esforços devem ser realizados pela coordenação nacional do Proteger e pelos órgãos governamentais já envolvidos na temática como, por exemplo, as instâncias do Programa Piloto.

Essas parcerias devem ser consolidadas e formalizadas por meio da celebração de convênios ou acordos de cooperação, com ressonância nas instâncias estaduais □ normas e procedimentos internos dos órgãos governamentais orientando e normatizando a parceria nos Estados. Sem dúvida, os principais agentes para o estabelecimento de parcerias, com reflexo direto e explícito nos órgãos executores estaduais, devem ser o Ibama, mediante convênio de cooperação com o Proarco, e o Programa Piloto.

Em relação aos demais órgãos governamentais, os esforços devem ser concentrados principalmente no MMA, especialmente as instâncias voltadas para a região amazônica. Outros espaços de cooperação e articulação deverão ser a Embrapa, com parcerias para pesquisa e difusão de resultados; o MDA, especialmente o Incra e a Secretaria de Agricultura Familiar; e o Mapa.

Como o esforço nacional deve ser materializado em trabalhos conjuntos nos estados, a sugestão seria realizar encontro regional (seminário ou conferência) sobre a temática do fogo envolvendo pesquisadores da Embrapa, extensionistas das Emater's, técnicos das unidades descentralizadas do Ibama, professores de universidades etc.

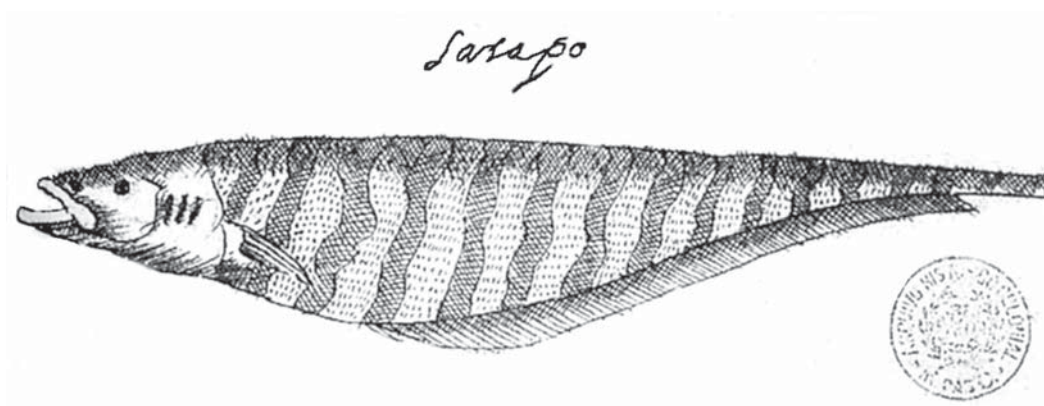
As coordenações estaduais do Proteger deveriam, ainda, buscar o estabelecimento de parcerias com professores das universidades e seus institutos de pesquisa e extensão.

5.5 Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação

São inegáveis os impactos sociais e ambientais positivos do Projeto Proteger em toda a região amazônica. É fundamental, no entanto, dar visibilidade a esses impactos, divulgando os seus resultados. Nesse sentido, é importante estabelecer mecanismos participativos de monitoramento e avaliação, capazes de medir os avanços e resultados do trabalho.

A preocupação não deve ser apenas medir quantidade — por exemplo, quanto diminuiu a incidência de focos de calor, de queimadas ou de incêndios florestais em determinada região — mas também os processos sociais que permitem uma produção com menores impactos ambientais. Em primeiro lugar, este monitoramento deve levar em conta que a problemática é mais ampla que a capacidade de intervenção do Proteger e de seus atores sociais. Em segundo lugar, a lógica do projeto, especialmente a ênfase na educação ambiental, não está baseada no combate ao uso de queimadas pelos produtores familiares.

Assim, é fundamental estabelecer mecanismos participativos, fazendo do monitoramento e da avaliação processos educativos para as pessoas diretamente envolvidas no processo de implantação do Projeto Proteger. Além de dar visibilidade aos resultados obtidos, esse monitoramento deve permitir o aprendizado e, quando necessário, até mesmo a redefinição de rumos.



FONTES DE PESQUISA

I. Documentos e publicações do Proteger

ALMEIDA, Júlio César Magalhães. *Relatório da segunda reunião do Comitê Nacional de Acompanhamento, Projeto Proteger II*. Brasília, 2002.

FARIA, Andréa Alice da Cunha. *Relatório do segundo seminário nacional do Proteger II*. Brasília, 2002.

FEDERAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DA RONDÔNIA. *Relatório do I encontro de produção sem fogo*. Ouro Preto do Oeste (RO), 2002.

PIMENTEL, Noara Modesto. *A situação do puxirum ambiental no Maranhão*. Imperatriz: Centru/Proteger, dezembro de 2002 (mimeo).

PROJETO DE APOIO AO MONITORAMENTO E ANÁLISE. *Termo de referência sobre "Análise de experiências inovadoras no monitoramento, prevenção e controle de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira: o caso do Proteger"*. Brasília, 2002.

PROTEGER. *Prodoc*: documento de projeto do Proteger. Brasília, 2001.

PROTEGER II. *Relatório de progresso 2001*. Brasília, fevereiro de 2002.

_____. *Manual operacional: instruções gerais*. Vol. 1, Brasília, 2002.

_____. *Manual operacional: plano de trabalho e atividades*. Vol. 2, Brasília, 2002.

TARIFA, Ricardo. *Relatório da missão de supervisão*. Brasília, maio de 2002.

VIANNA, Aurélio. *Relatório de avaliação e de recomendações do Proteger*. Brasília, outubro de 1999.

II. Entrevistas*

a) Em Brasília:

Ana Lúcia da Cruz – assessora do Programa de Meio Ambiente da Usaid

* O trabalho de campo em Rondônia foi realizado de 23 a 25 de outubro de 2002. Além das entrevistas, incluiu ainda um contato rápido com Carolina Doria (SPRN). Devido a problemas de agenda, Carolina se comprometeu a encaminhar considerações sobre o Proteger, via e-mail, o que não foi feito, até o momento. Outros contatos como, por exemplo, com representantes da Embrapa, não foram possíveis (as pessoas estavam de licença do trabalho ou em viagens). O trabalho de campo incluiu ainda contatos de campo, especialmente a participação em uma reunião no município de Vale do Paraíso. Essa reunião teve a participação de 40 lideranças (associações de agricultores familiares), representantes da Prefeitura Municipal, lideranças da Fetagro, da APA e do PGAI. O objetivo era divulgar os trabalhos do Proteger, APA e PGAI e articular o curso sobre recuperação da mata ciliar do rio Paraíso e produção sem fogo. O trabalho de campo em Imperatriz (MA), ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro de 2002. Além das entrevistas, envolveu, também, participação na oficina de comunicação do Proteger.

Cláudio Picanço – coordenação do Programa Piloto

Gabriel de Lima Ferreira – Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN)

Maria Carmem Figueiredo – consultora independente do Programa Piloto

Ricardo Tarifa – gerente de projetos Banco Mundial

Rubem Vargas – coordenador geral do Proarco (Ibama)

Silvia Nicola – coordenadora nacional do Projeto Proteger (GTA)

b) Em Rondônia:

José Queiroz Leite e Francisco Assis Sobrinho - coordenação e assessoria técnica do Proteger em Rondônia;

Anselmo de Jesus Abreu - antigo presidente da Fetagro e coordenador do processo de implantação do Proteger na primeira fase;

Direção da Fetagro - reunião com cinco diretores, incluindo o responsável político pelo Proteger no estado;

Clodoaldo de Jesus Abreu - monitor nas duas etapas do Proteger;

Rivaldo Pereira da Silva – coordenador do PCA no estado (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – Sedam);

Roberta Oliveira – coordenadora do PGAI na região de Ouro Preto do Oeste;

Maria Tereza de Oliveira Marangon – assistente administrativa do Sebrae (parceira da Fetagro na realização de cursos no âmbito do Proteger);

Valmir de Jesus, coordenador da Associação de Produtores Alternativos - APA e a equipe técnica da Tucumã (as duas são entidades parceiras da Fetagro na execução do Proteger no estado).

c) No Maranhão:

Tenente Wilni e Sargento Lélis – Corpo de Bombeiros de Imperatriz;

José Roberto de Souza – Sub-secretário do Meio Ambiente de Imperatriz;

Paulo Roberto Oliveira – Gerente executivo do Ibama/Imperatriz;

Milton G. de Souza – Coordenador político do Projeto Proteger e membro da diretoria do Centru e da Cooperativa de Pequenos Produtores de Amarante (MA);

Martinho Cabral Paes – Coordenador do Proarco/Região Tocantina;

Heloísa Helena Aquino – Coordenadora técnica do Projeto Proteger;

Eli Querubina da Silva Santos – Monitora do Proteger e vice-presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Imperatriz;

Ibanes Pereira Marinho – Monitor do Proteger e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Estreito (MA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade** : um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, p.75-96, 2001.

COCHRANE, M. A. O significado das queimadas na Amazônia. In: **Ciência Hoje**. v. 26, n. 157, jan./fev. de 2000.

DIAZ, M. del C. V. et al. **O prejuízo oculto do fogo** : custos econômicos das queimadas e incêndios florestais na Amazônia. Brasília: IPEA; Belém: IPAM/ WHRC, 2002.

FATHEUER, T.; ARROYO, J. C.; MACHADO, J. A. da C. (Org.). **Amazônia – estratégias de desenvolvimento sustentável** : uma contribuição para a elaboração de planos de desenvolvimento e Agenda 21. Belém: FASE.

FIGUEIREDO, M. C. **Fogo**: problema ou solução? A percepção dos agricultores familiares do Sudeste do Pará. Brasília, 2002.

HOLDSWORTH, A. R.; UHL, C. **O fogo na floresta explorada e o potencial para redução de incêndios florestais na Amazônia**. Belém: IMAZON, 1998.

LEROY, J. P. Por uma reforma agrária sustentável: primeira página do Gênesis a escrever. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade** : um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, p.331-48, 2001.

MINEIRO, P. Incêndios florestais ameaçam a biodiversidade. In: **Ecologia e desenvolvimento**, v. 11, n. 97, out. de 2001.

IBAMA. **Programa de prevenção e controle de queimas e incêndios florestais no Arco do Desflorestamento na Amazônia – Proarco**, versão 1.0. Brasília, 1998. Mimeo.

MMA. PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL. **Relatório do Grupo Consultivo Internacional (IAG)**. Brasília, julho de 2002.

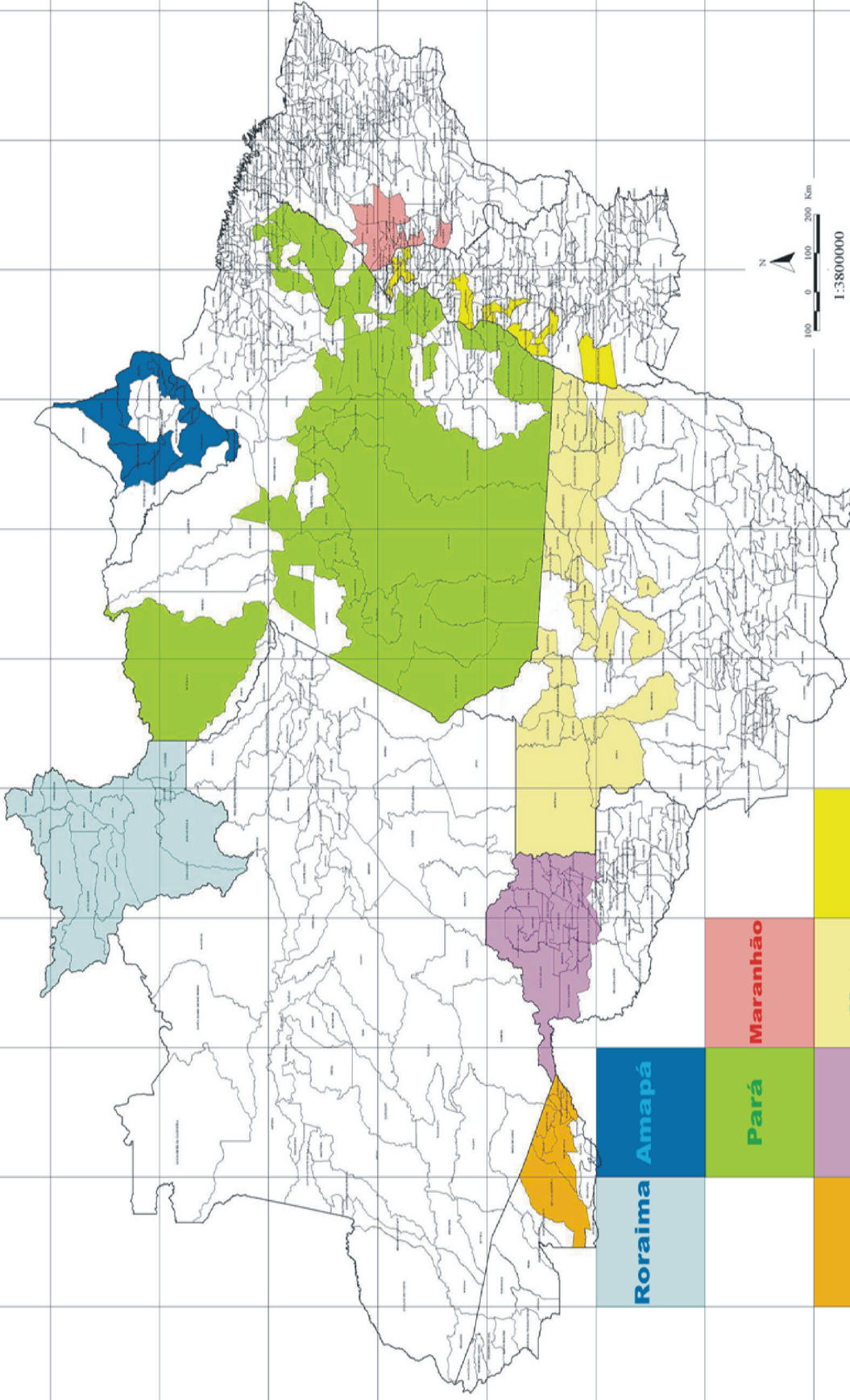
_____. PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL. **Lessons from the rain forest**. Brasília, agosto de 2002.

_____. PROJETO DE APOIO AO MONITORAMENTO E ANÁLISE. **Construindo a sustentabilidade** : lições aprendidas no Programa Piloto. Brasília, 2002. (Série Textos para Discussão, n. 1).

_____. PROJETO DE APOIO AO MONITORAMENTO E ANÁLISE. **Relatório de lições aprendidas** : Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN). Brasília, 2002.

VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In.: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade** : um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, p.265-88, 2001.

MAPA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO PROTEGER



Roraima Amapá

Pará

Maranhão

Acre

Rondônia

Mato Grosso

Tocantins

O AUTOR

Sérgio Sauer

Sérgio Sauer é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Filosofia da Religião pela Universidade de Bergen/Stavanger (Noruega). É assessor parlamentar da Senadora Heloísa Helena (AL) e pesquisador associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

AS ILUSTRAÇÕES

As ilustrações deste volume foram retiradas do livro *História dos animais e árvores do Maranhão*, do Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652). Composto entre os anos de 1624 e 1631, constitui a primeira obra até hoje conhecida inteiramente dedicada à descrição e à classificação sistemática da fauna e da flora da Amazônia brasileira, especificamente da região compreendida entre o rio Mearim, no Maranhão, e o rio Tocantins, no Pará. Ao compor as páginas de seu número de abertura com as ilustrações dessa obra pioneira, a *Série Estudos* - que pretende contribuir para a construção de novos caminhos para o uso sustentável da Amazônia e da Mata Atlântica - encontra seu lugar em uma longa tradição de esforços pelo conhecimento das florestas tropicais do Brasil.

SÉRIE ESTUDOS

Os documentos reunidos na Série Estudos abordam grande diversidade de temas relacionados a fenômenos e processos envolvidos na construção de caminhos para o uso sustentável da Amazônia e da Mata Atlântica. São produzidos no âmbito do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise (AMA), a partir da experiência do Programa Piloto, bem como por colaboradores eventuais. Com a Série Estudos, o Projeto AMA pretende divulgar conhecimentos, fundamentar a elaboração de políticas públicas específicas e convidar ao debate o leitor interessado pela conservação das florestas tropicais do Brasil

